



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

INDICADORES DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Estudo de caso dos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (DRUSA/UNILA)

EVELYN NATIVIDADE LUIZ

Foz do Iguaçu
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

INDICADORES DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Estudo de caso dos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (DRUSA/UNILA)

EVELYN NATIVIDADE LUIZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Silvia Aparecida Zimmermann

Coorientador: Prof^o. Dr. Marcos de Oliveira Garcias

Foz do Iguaçu
2021

EVELYN NATIVIDADE LUIZ

INDICADORES DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Estudo de caso- dos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (DRUSA/UNILA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a Dr^a Silvia Aparecida Zimmermann -UNILA

Coorientador: Prof Dr. Marcos de Oliveira Garcias (UNILA)

Prof^a Dr^a Rosana Salles da Costa (INJC/UFRJ)

Prof^a Dr^a Erika Marafón Rodrigues Ciacchi (UNILA)

Foz do Iguaçu, 25 de junho de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Evelyn Natividade Luiz

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: INDICADORES DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Estudo de caso dos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (DRUSA/UNILA)

Nome do orientador(a): Profº Dr. Silvia Aparecida Zimmermann

Nome do coorientador(a): Profº Dr. Marcos de Oliveira Garcias

Data da Defesa: 25 / 06 / 2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 25 de JUNHO de 2021.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTO

Encarei a graduação como um obstáculo possível, aprendi a lidar com meu próprio eu, com meus tropeços e sabotagens, e a partir disso, descobri novas forças e sabedoria para a conclusão desta fase.

Agradeço a Deus por tudo que tens dado, em meio a tantos desajustes me fez chegar até aqui, ao qual não me arrependo em nada e sim, apenas sinto aliviada por ter conseguido com o apoio da minha família, exclusivamente, dos meus pais que me permitiram dedicar-me somente aos estudos.

Agradeço imensamente a minha professora e orientadora Silva A. Zimmermann, pelo seu incentivo, paciência, disponibilização para orientação e todo o apoio dado, juntamente, agradeço também o professor Marcos por aceitar o convite de ser coorientador, me auxiliar com o que precisava para tornar possível esta pesquisa e também os professores do curso de DRUSA que sempre incentivam seus alunos a continuar depositando seus conhecimentos e que estão ao nosso lado sempre.

À Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) por disponibilizar e autorizar o uso para aplicação do protocolo VIGISAN, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, expresso por aqui meu imenso obrigado.

Agradeço a colega Diana Jazmin pela sua colaboração na coleta de dados, dedicando seu esforço e tempo, e digo que sem a sua ajuda dificilmente iria conseguir concluir a pesquisa. Aos meus amigos que iniciaram esta fase comigo na universidade, especialmente a minha irmã que é a companheira que me ajuda a ser melhor a cada dia, por pegar no meu pé e me fazer continuar, me incentivando. Só digo que me sinto iluminada e ressalto o meu imenso obrigado!

E não menos importante descreve em forma de gratidão o que me fez permanecer firme, os autores Tadashi Kadomoto e Robson Hamuche, 2019, que dizem que mesmo diante de grandes desafios, não podemos deixar de ser levados pela preocupação, devemos “sintonizar na fé” e buscar desafios novos diariamente, onde pequenas ações podem mudar a nossa vida.

*Viver de acordo com o que esperam de nós e não como realmente somos é perigoso e nos adocece. Viver suprimindo as expectativas dos outros nos faz olhar para nós mesmos com desamor, pois valorizamos mais o que é exigido de nós do que aquilo que realmente desejamos. Viver sem coragem de assumir nossas escolhas, nossos gostos pessoais, nossos contentamentos ou desgostos como se isso fosse errado ou vergonhoso, diminui nosso amor-próprio e nos conduz a uma vida dolorosa de aparências. Não precisamos ter receio de não sermos “bons o bastante”. Não precisamos esconder nossas escolhas, gostos, preferências, contentamentos e desejos sob um manto de “perfeição” que só satisfaz quem está do lado de fora, mas não satisfaz quem habita nossa própria pele. Algo dentro de mim se entristece ao perceber que demorei tanto tempo para aprender isso. Porém, algo também se iluminou, pois percebi que, embora tenha assumido minha própria identidade, não perdi o amor daqueles que realmente importam. É preciso acreditar que não importa o que pensam, dizem ou esperam de você. Você tem o seu valor. Você tem o seu valor mesmo se discordar de alguém, mesmo se optar por outro caminho, mesmo se fizer ou não fizer o que esperam de você. Você não é perfeito, mas ainda assim tem seu valor. **Fabíola Simões, 2018.***

LUIZ, Evelyn Natividade. **INDICADORES DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**: Estudo de caso dos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (DRUSA/UNILA). 2021. 72 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

O debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está em constante construção, sobretudo nas últimas décadas, remetendo ao Direito Humano à Alimentação Adequada como acesso permanente e de qualidade aos alimentos, sendo a alimentação uma das necessidades biológicas mais básicas para a sobrevivência da humanidade. No ano de 2019, segundo a Organização das Nações Unidas da Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de 2 bilhões de pessoas sofrem de redução e falta de acesso a alimentos entre adultos e crianças. Métodos de mensuração que permitem diagnosticar a insegurança e a SAN são de grande importância, pois permitem retratar de forma sólida as realidades populacionais. O presente trabalho tem como objetivo identificar o grau de (IN)SAN dos estudantes do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da UNILA, no atual momento de pandemia da COVID-19. A metodologia aplicada consiste em um questionário criado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), que envolve a versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), para levantar dados de condições de vida com base na SAN no contexto da pandemia da COVID-19, aplicado via chats de conversação na internet (*googlemeet, whatsapp, Facebook*). A amostra inicial considerou o universo de 139 ativos no curso de DRUSA, mas somente 50 estudantes (35,97%), aceitaram responder o questionário e foram efetivamente entrevistados. Os resultados apresentados demonstram uma realidade bem crítica, no qual 32 estudantes (65%) entrevistados em 2020-2021, sofriam com algum grau de Insegurança Alimentar, seja Leve, Moderada ou Grave. Além disso, 35 estudantes (70%) foram afetados pela pandemia, nas condições de renda e na relação de trabalho. Conclui-se que é necessário um aprofundamento para investigação do restante populacional do curso de DRUSA para analisar a realidade dos demais estudantes. Sobretudo, entende-se que para superar a situação enfrentada por parcela significativa dos estudantes do curso, é necessário que a Universidade e que o curso de DRUSA desenvolvam ações que possam contribuir com a melhoria das condições de vida dos estudantes.

Palavras-chave: Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional. EBIA. Estudantes de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Pandemia COVID-19. DRUSA.

LUIZ, Evelyn Natividade. **INDICADORES DE (IN) SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL:** Estudio de caso de los estudiantes del Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (DRUSA / UNILA).2021. 72 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria – Universidad Federal da la Integración Latino-Americana, Foz de Iguazú, 2021.

RESUMEN

El debate sobre Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) está en constante construcción, especialmente en las últimas décadas, refiriéndose al Derecho Humano a la Alimentación Adecuada como acceso permanente y de calidad a la alimentación, siendo la alimentación una de las necesidades biológicas más básicas para la supervivencia de la humanidad. En el año 2019, según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), cerca de 2 000 millones de personas sufren reducción y falta de acceso a alimentos entre adultos y niños. Los métodos de medición que permiten el diagnóstico de inseguridad y SAN son de gran importancia, ya que permiten un retrato sólido de las realidades poblacionales. El presente trabajo tiene como objetivo identificar el grado de (IN) SAN de estudiantes de la Licenciatura en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria, en UNILA, en el momento actual de la pandemia COVID-19. La metodología aplicada consiste en un cuestionario elaborado por la Red Brasilenã de Investigación en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (Red PENSSAN), que involucra la Escala Brasilenã de Inseguridad Alimentaria (EBIA), adaptada para recolectar datos sobre las condiciones de vida en base en la SAN en el contexto de la pandemia Covid-19, aplicado vía chats Internet chat (*googlemeet, whatsapp, facebook*). La muestra inicia consideró el universo de 139 activos en el curso DRUSA, pero solo 50 estudiantes aceptaron contestar el cuestionario y fueron efectivamente entrevistados. Los resultados presentados evidencian una realidad muy crítica, en la que 32 estudiantes (65%) entrevistados en 2020-2021, padecen algún Grado de Inseguridad Alimentaria, ya sea Leve, Moderada o Severa. Además, 35 estudiantes (70%) se vieron afectados por la pandemia por las condiciones de ingresos y la relación laboral. Se concluye que es necesaria una mayor investigación de la población restante del curso druso para analizar la realidad de otros estudiantes. Sobre todo, se entiende para superar la situación que atraviesa una parte importante de los estudiantes del curso, es necesario que la Universidad y el curso de drusos desarrollen acciones que puedan contribuir a la mejora de las condiciones de vida de los estudiantes.

Palabras clave: Seguridad e Inseguridad Alimentaria y Nutricional. EBIA. Estudiantes de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria. Pandemia de COVID-19. DRUSA

LUIZ, Evelyn Natividade. **INDICATORS OF (IN) FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY:** Case study of students from the Rural Development and Food Security Course at the Federal University of Latin American Integration (DRUSA/UNILA). 2021. 72 pages. Final Paper for the Rural Development and Food Security Course – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The debate on Food and Nutritional Security (SAN) is under constant construction, especially in recent decades, referring to the Human Right to Adequate Food as permanent and quality access to food, with food being one of the most basic biological needs for the survival of humanity. In the year 2019, according to the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), about 2 000 billion people suffer from reduction and lack of access to food among adults and children. Measurement methods that allow the diagnosis of insecurity and SAN are of great importance, as they allow a solid portrayal of population realities. The present work aims to identify the degree of (IN)SAN of the students of the Undergraduate Course in Rural Development and Food Security, at UNILA, in the current moment of the COVID-19 pandemic. The methodology applied consists of a questionnaire created by the Brazilian Network for Research on Sovereignty and Food and Nutritional Security (PENSSAN Network), which involves the Brazilian Scale of Food Insecurity (EBIA), adapted to collect data on living conditions based on the SAN in the context of the COVID-19 pandemic, applied via internet chats (googlemeet, whatsapp, Facebook). The initial sample considered the universe of 139 active in the DRUSA course, but only 50 students accepted to answer the questionnaire and were effectively interviewed. The results presented demonstrate a very critical reality, in which 32 students (65%) interviewed in 2020-2021, suffered from some degree of Food Insecurity, whether Mild, Moderate or Severe. In addition, 35 students (70%) were affected by the pandemic, income conditions and employment relationships. It is concluded that a deeper investigation of the remaining population of the DRUSA course is necessary to analyze the reality of the other students. Above all, it is understood that to overcome the situation faced by a significant portion of the students in the course, it is necessary that the University and the DRUSA course develop actions that can contribute to the improvement of the students' living conditions.

Key words: Food and Nutrition Security and Insecurity. EBI Rural Development and Food Security Students. COVID-19 pandemic. DRUSA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo com os programas referente a Segurança Alimentar e Nutricional.....	22
Figura 2 – Mapa da Cidade de Foz do Iguaçu – PR.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores conforme as respostas do ELCSA para classificação de (IN) Segurança Alimentar.....	28
Tabela 2 – Classificação de IA e SA por somatória de pontos dos domicílios	30
Tabela 3 – Situação de emprego entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021	51
Tabela 4 – Relação do efeito da pandemia nas condições de trabalho e finanças entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021.....	52
Tabela 5 – Classificação dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021.....	54
Tabela 6 – Comparação dos Graus de Segurança e Insegurança Alimentar da População Brasileira com os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021...	55
Tabela 7 – Distribuição conforme o número de vezes em que o estudante entrevistado recebeu o Auxílio Emergencial, 2020-2021.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questionário da Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar	27
Quadro 2 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.....	29
Quadro 3 – Segundo bloco do questionário da Rede PENSSAN que inclui as perguntas da EBIA.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação sobre raça/ cor dos estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021.....	50
Gráfico 2 – Ilustração em % da classificação dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARG	Argentina
ASCOFAM	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
CCHIP	Projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil
CNA	Comissão Nacional da Alimentação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DRUSA	Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ELCSA	Escala Latinoamericana y Caribeña de Seguridad Alimentaria
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
ENDEF	Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar
EPSA	Escala de Percepción de Seguridad Alimentaria
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômica
IA	Insegurança Alimentar
IAPI	Instituto de Aposentadoria da Previdência Social
INAM	Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição
IPEA	Instituto de Economia Aplicada
ISAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PFZ	Programa Fome Zero
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNDS	Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde

PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSN	Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAB	Programa de Abastecimento de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda
PROCAB	Programa de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PY	Paraguay
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCA	Serviço Central de Alimentação
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
SMAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR	15
1.1 HISTÓRICO E CONCEITO	17
1.1.1 Trajetória de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	18
1.2 INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO DE SAN.....	22
1.2.1 Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA)	25
1.2.2 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).....	29
1.3 UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO.....	32
2 O UNIVERSO DA PESQUISA E METODOLOGIA	35
2.1 MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	35
2.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	36
2.2.1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e ações durante a pandemia da COVID-19.....	37
2.2.2 Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.....	39
2.3 DESCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO	40
2.4 COVID-19 E OS PROBLEMAS PARA EXECUÇÃO DA METODOLOGIA	42
2.5 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	44
3 DESCRIÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
3.1 RELATÓRIO DE CAMPO	48
3.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E A COVID-19.....	49
3.3 SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.....	53
3.4 A SEGURANÇA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	53
4 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

A alimentação é uma das necessidades biológicas mais básicas para sobrevivência da humanidade, contemplada pelas diversas dimensões, sendo elas, econômicas, políticas, ambientais, nutricionais, culturais, biológicas, éticas, entre outras, garantida por meio do Direito Humano à Alimentação assegurando condições básicas para qualquer cidadão ter uma vida digna (DUDH, 1948).

No Brasil o direito à alimentação foi incluído na Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional nº 64/2010, no Artigo 6º, ao lado da educação, saúde e habitação, entre outros. Entretanto o tema já se faz presente em ações do governo federal desde a era Vargas, no século XX (SILVA, 2014).

No contexto atual, a alimentação se expressa na mudança radical dos hábitos alimentares, marcado pelo consumo de produtos industrializados, altamente processados, que contém baixo teor nutricional, o que gera conseqüentemente a elevação do índice de uma insegurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste no direito a todos ao acesso frequente e constante de alimentos com qualidade e quantidade suficiente (BRASIL, 2006). É um tema que vem sendo debatido e ganhando força nos últimos anos, sobretudo a partir do séc. XX, pautado nas agendas políticas com o objetivo de traçar ações, metas e planos para alcançar o bem estar de toda uma sociedade.

O trabalho de conclusão de curso surge a partir das discussões e conteúdos apresentados na disciplina “Políticas de Soberania e Segurança Alimentar”, realizado em 2018.1, na UNILA, ofertada pela Profª Dr. Silvia Zimmermann. Em diálogos com a professora ao decorrer do tempo foram definidos alguns recortes para a investigação e elaboração do diagnóstico sobre a (IN) Segurança Alimentar.

A proposta inicial da pesquisa baseava-se em um diagnóstico no Município de Foz do Iguaçu para verificação de qual o grau de (IN) Segurança Alimentar nos Bairros que sofrem de condição de pobreza e menor acesso à infraestrutura e políticas públicas setoriais, a partir da aplicação do questionário da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA), o qual consiste em um instrumento de “quantificação da população sujeita a diferentes graus de Insegurança Alimentar, apropriado, também para o acompanhamento e avaliação de suas ações e estratégias” (SEGALL, *et al.*, 2009, p.3). A aplicação do questionário estava programada para o primeiro semestre de 2020 e nessa mesma época do ano ocorreu o surgimento do novo

coronavírus (SARS-CoV-2), causador da pandemia da COVID-19. Como a transmissão do vírus acontece de uma pessoa para outra, por contato próximo através do “toque de aperto de mão contaminada, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, objetos ou superfície contaminadas” (MS, [20-?]), o universo da pesquisa e adaptações na metodologia da pesquisa precisaram ocorrer. Pela proximidade e facilidade de acesso, decidiu-se pelo estudo de caso dos estudantes da Graduação do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da UNILA, por meio da aplicação de questionário à distância, via chats de conversação na internet (*googlemeet, whatsApp, facebook, etc.*).

Nesse mesmo período a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) estava desenvolvendo um inquérito sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia no Brasil, cuja iniciativa veio dos integrantes do GT de monitoramento de INSAN da Rede. O Inquérito adota como instrumento de mensuração a EBIA, que precisou ser adaptada para este contexto pandêmico. Nesse sentido, a Prof^a dialogou e solicitou a Rede para utilização do questionário na plataforma de um aplicativo. Assim, com autorização para o uso do questionário, a pesquisa de TCC contribuiu para a Rede testar as sequências de perguntas e o uso do aplicativo.

Aprofundando a temática na alimentação de universitários, diversas pesquisas apontam que os estudantes têm comportamentos alimentares pouco saudáveis, influenciados por fatores de diversas naturezas como lanches rápidos e praticados para otimização de tempo, relações sociais e culturais, entre outras.

A partir disso, pensando na saúde dos universitários, o presente trabalho tem como principal objetivo identificar o Grau de (IN) SAN dos estudantes do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no atual momento vivenciado com a pandemia da COVID-19, aplicando um questionário *on-line* e assim, poder pensar e propor ações estratégicas para o melhor acesso à uma alimentação adequada.

Os objetivos específicos são: i) verificar se a pandemia afetou negativamente os discentes com relação ao trabalho e à renda das pessoas; ii) fazer um comparativo entre os Graus de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional dos estudantes da amostra com os Inquéritos Nacionais Brasileiro; iii) relatar e analisar o Aplicativo VIGISAN durante os testes operacionais.

Para atingir os objetivos desta pesquisa foram utilizadas diferentes

técnicas metodológicas, como revisão bibliográfica e aplicação de questionário *on-line* por meio de entrevistas por meio de Sites de Redes Sociais (SRS) WhatsApp e E-mail.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta um histórico sobre a Segurança e a Insegurança Alimentar e Nutricional, conceitos, contextualização no Brasil, mecanismos de criação de indicadores que possibilitam a mensuração de ISAN e a relação entre os universitários com a alimentação. O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada e como foram coletados os dados. O terceiro capítulo apresenta a análise dos resultados dos dados recolhidos, a partir das respostas adquiridas através do questionário aplicado, e propõe alternativas de ações e políticas públicas que executem o melhor acesso aos universitários aos alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes. Por fim, tem-se as conclusões do trabalho e as referências bibliográficas.

1 (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR

A Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) é retratada pela situação em que um indivíduo, ou o conjunto de uma população, não tem o acesso aos alimentos, ou a disponibilidade suficiente de alimentos com qualidade e em quantidade, manifestada através da *fome*, *desnutrição* e até da *obesidade* por fatores adversos, sendo eles, “classe social ou nível de renda; condição de gênero e geracional; raízes étnicas ou raciais” (MALUF, 2013). Mesmo os indivíduos tendo acesso regular aos alimentos, não significa que evitem a má alimentação que conseqüentemente afetará o desenvolvimento e crescimento das pessoas para ter uma vida saudável (PINTO, 2013).

Basicamente, as principais causas da insegurança alimentar e nutricional (ISAN) são:

- a. **Dificuldade de acesso a recursos:** terra, água, sementes, insumos agrícolas, crédito, tecnologias, etc;
- b. **Falta de acesso e disponibilidade aos alimentos:** devido ao baixo rendimento familiar, mas também indisponibilidade de alimentos nos mercados, debilidades no sistema de aprovisionamento e comércio ou redes de transporte, etc;
- c. **Deficiência ou inexistência de serviços básicos:** saneamento, abastecimento de água potável, más condições de habitação e higiene nas casas, etc;
- d. **Debilidade do estado de saúde dos indivíduos:** particularmente HIV/Sida, malária, tuberculose, diarreias, etc;
- e. **Calamidades naturais e conflitos:** cheias, secas, terremotos, ou outras, mas também guerras e conflitos;
- f. **Problemas macroeconômicos e sociais:** bloqueios comerciais, desarticulação dos sectores da agricultura, comércio, transportes, desemprego, instabilidade social, etc (PINTO, 2013, p.18).

Como podemos observar as causas da ISAN retrata um problema na distribuição e acesso a alimentação, fruto da desigualdade e a pobreza (PINTO, 2013).

Sobretudo, ressaltasse que estas causas se completam e são influenciáveis pela falta de acesso, disponibilidade e consumo de alimentos em constância, que se revertida, é um dos objetivos para alcançar a segurança alimentar (CONSEA, 2004).

Segundo a FAO, o principal fator que causa a insegurança alimentar é a pobreza, correlacionado com a existência da desigualdade social. Em 2019, “cerca de 2 bilhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo” pela falta de acesso e disponibilidade de alimentos (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2019, p.7). Segundo a FAO, citado por SILVA (2014, p.12) “o problema da fome global não é

uma questão exclusiva de pouca disponibilidade de alimentos, mas sim derivada da pobreza de grande parte da população”.

No Brasil as classes sociais mais empobrecidas são as mais afetadas com a falta de disponibilidade e acesso aos alimentos, contrapondo os dados que demonstram que o Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo, ou seja, a distribuição dessa produção não abrange toda a população (CONSEA, 2004).

Conti (2009, p.17), destaca dois conceitos de pobreza na realidade brasileira, a pobreza relativa “que é medida pela média geral do nível de vida da população” e a pobreza absoluta, que ocorre “por falta ou insuficiência de renda, as pessoas são privadas do acesso aos meios básicos como alimentação, saúde, habitação, vestuário, educação, transporte e segurança para levarem uma vida digna”.

A falta de oportunidade, a dificuldade de acessar serviços essenciais básicos, como saneamento, saúde, educação de qualidade, transporte público, a concentração e má distribuição da renda são algumas das diversas variáveis que causam a desigualdade, conseqüentemente levam à pobreza, possibilitando aumentar as chances de criminalidade, fome, miséria e mortalidade infantil, esta concepção se desenvolve conjunto ao significado da pobreza remetido, sobretudo após o século XX (CODES, 2008 *apud* SILVA, *et al*, 2020).

Segundo Josué de Castro *apud* Silva (2014), muitas famílias não conseguem suprir suas necessidades alimentares por falta de renda. Como grande influenciador renomado o governo brasileiro lança em 1938 o Decreto-Lei que retratava a criação do salário mínimo (SM). Até os dias de hoje o SM é uma forma de remunerar minimamente o trabalhador para que venha suprir suas necessidades básicas, ter uma alimentação, garantir uma habitação seja ela própria ou alugada, ter vestimentas e meios para sua locomoção, trazendo uma vida digna ao cidadão. Além disso, Josué de Castro citado por Silva, 2014, colaborou para o diagnóstico da insegurança alimentar, em que trata a fome não só apenas pela falta de alimentos, mas também pelas carências de nutrientes e vitaminas.

O fator produção e consumo se faz presente na temática ISAN, pois está entrelaçado, respectivamente, “permite captar a importância do trabalho familiar, presença da pequena produção subordinada ou outras formas de organização da produção de alimentos dadas por um maior ou menor grau de penetração do capitalismo no campo” (SIMON, 1986/87, p. 21). O fator consumo é relevante e visto sob a ótica da “discussão em torno da questão da distribuição da renda como determinante do grau de nutrição da

população, bem como principal elemento de estímulo à expansão do mercado de produtos alimentares” (SIMON, 1986/87, p. 21).

Outro fator importante diz respeito à cultura alimentar e hábitos alimentares, onde são adquiridos os alimentos e desenvolvidos no ambiente social dos indivíduos, desde as práticas de preparo e consumo dos alimentos, transmitidas através de pais para filhos de gerações em gerações dentro da família. Os hábitos alimentares, sobretudo, estão sujeitos a práticas nem sempre saudáveis condizentes com as características específicas de cada grupo social (MALUF, *et al.*, 2001).

Tendo em vista esta descrição inicial e os objetivos da pesquisa de TCC, este Capítulo pretende aprofundar, a seguir, o significado da insegurança alimentar e nutricional, sendo dividido em 4 subseções, dedicados a aprofundar o conceito de SAN, sua trajetória no Brasil, os instrumentos de mensuração da ISAN e a relação dos universitários com a alimentação.

1.1 HISTÓRICO E CONCEITO

O tema da SAN estava em constante construção, sobretudo a partir do séc. XX, ressaltando a relação dos alimentos com a sua forma de ingestão, hábitos alimentares, qualidade de vida, formas de produção, distribuição, acesso e principalmente a fome (MALUF, 2011). Foi utilizado pela primeira vez na Europa, em meados de 1914 por razões de vulnerabilidade alimentar, em que se passava a Primeira Guerra Mundial, relacionando o tema com a capacidade dos países de produzir alimentos para evitar boicotes sobre as questões políticas ou militares, que gerassem o desabastecimento e que afetasse a segurança nacional (LEÃO, 2013, p.13).

As preocupações com a fome e sua moldagem como conceito ganha força nos anos de 1939-1950, devido a dois fatores ocorridos na época, a Segunda Guerra Mundial e a primeira Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, nos Estados Unidos, em 1943, convocada pelas Nações Unidas, com o objetivo de traçar estratégias para lidar com a realidade do cenário pós guerra (SILVA, 2014). Na conferência, uma das estratégias postas foi a criação de “organismos internacionais, sendo eles, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura (FAO)”, que foram destinados a tratar de questões referentes à alimentação (LEÃO, 2013, p.13).

Em Roma, ano de 1996, chefes de Estados e representantes governamentais se reuniram, a pedido da FAO, para a Cúpula Mundial da Alimentação

(*World Food Summit*), e discutiram o tema da SAN como um tema público e como um Direito Humano fundamental para o acesso de todos à alimentação, com propósito internacional de erradicação da fome e conseqüentemente melhoria no desenvolvimento da qualidade de vida da população (FAO, 1996).

A presença da SAN nas políticas públicas é, sobretudo, para garantir o acesso e oferta de alimentos, que possam promover saúde e nutrição (CONSEA, 2004). Todos os cidadãos devem viver em condições de bem estar, sendo amparados por direitos já garantidos transcritos em “constituições, regulamentos e legislações”, tratados pelas tomadas de decisão do governo (SCHIMITT, et al., 2018).

Sobre a ótica da SAN na condução de políticas públicas, tem-se o início de uma melhor orientação na questão da alimentação, integrando ao passar dos anos as diversas dimensões: na área da saúde, doenças e nutrição, nos fluxos, processos de produção e comercialização dos alimentos, dentre eles, a produção, seu processamento, os fluxos de distribuição e comercialização até o consumidor final (BURLANDY, et al., 2013).

Entretanto é importante ressaltar que as políticas precisam ser planejadas a partir da realidade de cada território, que possibilitem a identificação do problema e a definição de ações a serem implementadas para gerar uma melhor gestão do território. Além disso, deve-se articular ações juntamente com os atores sociais, sejam eles, organizações públicas e privadas, movimentos sociais, e atores governamentais, estado, políticos, juízes, burocratas (BURLANDY, et al., 2013).

Na América Latina as políticas reconhecem a Soberania Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Dentre os 33 (trinta e três) países latinoamericanos, 10 (dez) implementam políticas públicas de soberania e segurança alimentar que podem ser expressadas em formas de programas, em que se destaca o Paraguai, Argentina, Brasil, Venezuela, Equador e Nicarágua (BEDUSCHI et al., 2014). Já os países que tratam de forma indireta suas leis são o México e a Bolívia. No Peru é desempenhado apenas como decreto as políticas de soberania e SAN e no caso da Colômbia, traz o debate em forma de plano ou programa.

1.1.1 Trajetória de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Nas últimas décadas, a construção de políticas públicas de SAN internacionalmente colaborou para “iniciativas oriundas de governos e organizações

sociais” no Brasil, tendo como progresso a sanção da Lei Orgânica da SAN (n. 11.346/06) e a instituição do Sistema Nacional de SAN (MALUF, 2011). As organizações e movimentos sociais buscam em forma da ação coletiva as demandas por direitos sociais, políticos, culturais, econômicos e por melhores condições de vida.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído sob a Lei n. 11.346 de 15 de setembro de 2016 no Brasil, reforça o direito à alimentação adequada. Segundo o art. 3º, da LOSAN, segurança alimentar e nutricional consiste:

“na realização do direito de todos ao **acesso regular** e permanente a **alimentos de qualidade**, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

Conforme o conceito da LOSAN citado acima, o tema da SAN se amplia como conceito, não apenas pensar no acesso regular e permanente e em quantidade suficiente, mas agregar as “dimensões de acesso aos alimentos como direito humano, bem como a exigência de sua sustentabilidade” (BURLANDY, 2009, p. 11).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, estabelece “a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania”, mas “passou a obrigar o poder público a informar, monitorar e avaliar a sua efetivação” (IBGE, 2020, p. 20).

Outro conceito presente fortemente na ligação com a SAN é a Soberania Alimentar que “é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (FMS, 2001).

É necessário considerar que o conceito de SAN é amplo e multidimensional, e sua concretização varia pelo contexto territorial e condição de vida da população e, além disso, para alcançar a SAN deve se refletir sobre a utilização do uso biológico da produção de alimentos para garantir a suficiência nutricional populacional, as condições de disponibilidade e acesso dos alimentos se mantendo de forma constante (FAO, 2006).

No Brasil as ações e programas promovendo a SAN têm base em princípios estratégicos, como a “intersectorialidade; ações conjuntas entre Estado e sociedade; equidade; articulação entre orçamento e gestão; abrangência e articulação

entre ações estruturantes e medidas emergenciais” (CONSEA, 2004). Enfatiza-se nestas questões os aspectos do diálogo entre sociedade civil e governo, que são fundamentais para praticar “o Estado em ação” envolvidos com a SAN, ressaltando que a ação está na base de políticas públicas marcada pelas suas três dimensões *Policy* (marco político e normas especificadas), *Polity* (conteúdo, instituições, marco jurídico) e *Politics* (processo e atores políticos), ambas se completam influenciando uma a outra (BEDUSCHI *et al.*, 2014). Entretanto é relevante citar que este processo foi longo para se inserir na agenda política brasileira, “mas que, em geral, resultaram em estruturas e políticas públicas com pouco poder quanto a recursos, baixo poder de cobertura, falta de critérios bem definidos de elegibilidade, além de serem marcadas por institucionalidade frágil” (SILVA, 2014, p. 7).

Desde a década de 1930, no governo Vargas, as políticas públicas para alimentação já se faziam presentes no Brasil. As políticas eram voltadas para a assistência alimentar da população mais carente, com a estruturação de ações, no qual foi lançado, em 1937, uma cartilha sobre educação sanitária voltada ao público infantil, intitulada A Festa das Letras, elaborado por Cecília Meireles e Josué de Castro¹ (NASCIMENTO, 2012).

Já em 1939 foi criado o Serviço Central de Alimentação (SCA) “no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI). No ano seguinte, houve uma evolução com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho”, mas que após algumas décadas acabou entrando em crise e foi extinto em 1962 (SILVA, 2014, p. 17).

Segundo Pinheiro (2009) citado por Silva (2014, p.18) houve a criação da Comissão Nacional da Alimentação (CNA), em 1945. A CNA foi responsável pelo desenvolvimento do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em 1952.

Em 1972 a CNA foi extinta e substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) que visava dar assistência às famílias mais vulneráveis. Considera-se também, na época, como os únicos programas que apoiavam a agricultura familiar, o Projeto de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROCAB) e o Programa de Abastecimento de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROAB) (SILVA, 2014).

¹ Josué de Castro é um dos pioneiros ao realizar estudos no Brasil promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com o debate da fome, sendo destacado pela sua obra “*Geografia da Fome*” (Nascimento, 2012).

Outro grande marco para o Brasil foi em 1956, com a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME). No começo de sua implementação o governo só repassava para as escolas alimentos provenientes de doação e acabava não comprando, porém ocorreu uma diminuição nas doações fazendo com que acontecesse, em 1960, a primeira compra de alimento destinado à merenda escolar (SANTOS et al., 2015). A partir de 1979 surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devido a promulgação da Constituição Federal dando sequência à Campanha da Merenda Escolar (SANTOS *et al.*, 2015). Em 2008 o PNAE foi ampliado para estudantes do ensino médio. Segundo SILVA (2009, p. 18) “é considerado um Programa de ações somatórias para a segurança alimentar e nutricional, ao promover a alimentação saudável nas escolas direcionado à saúde e nutrição”.

Em 1957, ocorre a fundação da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), reconhecida por ser uma organização não governamental e internacional que pensava e trabalhava a questão da fome. Em 1960, as políticas já estavam ligadas com a relação de produção, abastecimento e armazenamento de alimentos (SILVA, 2014).

Delegada a Lei nº 6, de 26 de setembro de 1962, constituindo a Companhia Brasileira de Alimentos tendo “por fim participar diretamente, da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios” (Lei nº6, 1962, Art. 3º).

Instituído em 1976 pela Lei nº 6.321 o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), regulamentado pelo Decreto nº 5, de 1991, para atender trabalhadores de baixa renda que ganham até cinco salários mínimos mensais (ME, 2021).

Em 1990, foi criada uma empresa pública chamada Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tendo importância em “Qualificar as informações sobre preços dos alimentos e análises de mercado para garantir o abastecimento dos países da América Latina e Caribe” (CONAB, 2019).

Ademais outras ações e programas fizeram parte da trajetória brasileira, mas somente na década de 90 se consolida o conceito de SAN, e “criação do Consea em 1993 e sua extinção logo após (NASCIMENTO, 2012, p. 8), além do “estabelecimento do marco legal, várias ações foram promovidas com o objetivo de estruturar um sistema capaz de avaliar e monitorar as várias dimensões de análises de SAN” (IBGE, p. 20, 2020), através dos instrumentos de mensuração.

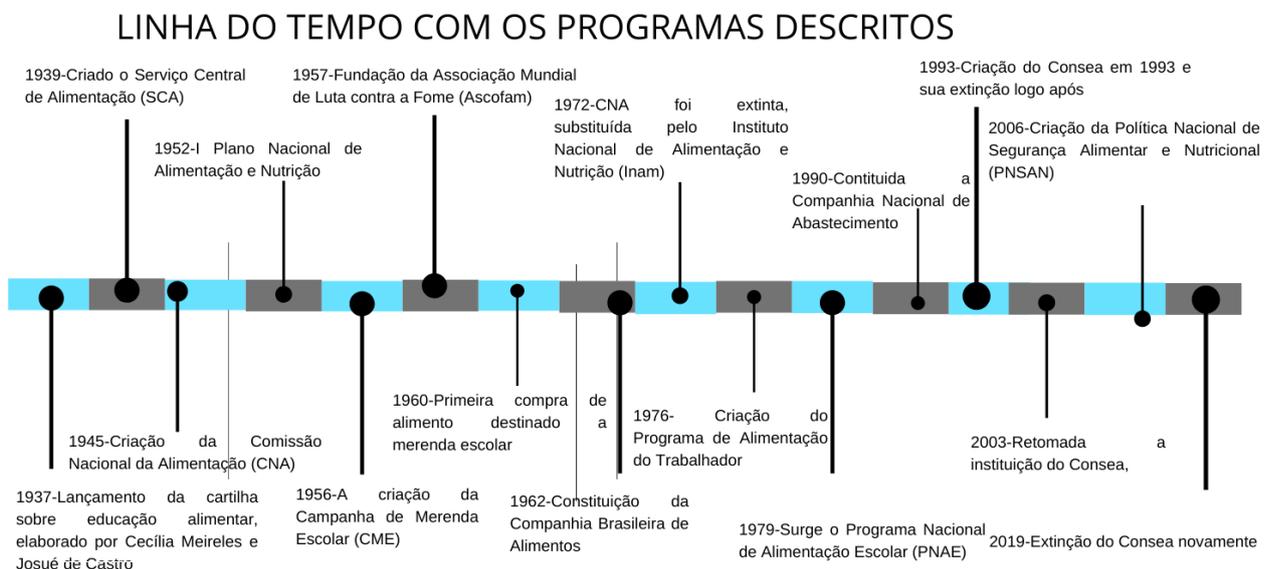
A construção do conceito da SAN ocorre durante todo século XX e implica temas como a soberania alimentar, a alimentação saudável, a alimentação adequada, o abastecimento alimentar e o combate à fome. Em 2003, no governo Lula, que retoma a instituição do Consea é que ocorre a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2006 (NASCIMENTO, 2012). Ressalto que durante o mandato do governo Lula:

“Houve uma elevação continuada do poder de compra do salário mínimo, com repercussões nos valores pagos com aposentadoria e benefícios da assistência social, e do crescimento do emprego, o primeiro eixo de atuação do Fome Zero, que implementou ações diretamente voltadas para a ampliação do acesso à alimentação da população de baixa renda” (NASCIMENTO, 2012).

O Programa Fome Zero (PFZ), criado em 2003, foi encerrado e substituído em 2004 pelo Bolsa Família. Esses programas impactaram positivamente as famílias que viviam em condição de pobreza e passaram a acessar uma alimentação que promove a SAN (NASCIMENTO, 2012).

A seguir a Figura 1 demonstrará em forma de linha do tempo os programas referenciados no decorrer deste subitem:

Figura 1 – Linha do tempo com os programas referente a Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Elaboração própria baseada nas referências citadas no decorrer do texto, 2021.

1.2 INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO DE SAN

Conforme a FAO (2012, p.11, tradução própria) embora toda evolução da

construção do conceito multidimensional da INSAN, é notável que ainda “persiste uma alta prevalência de insegurança alimentar, ainda há incerteza sobre o número exato de famílias afetadas por este fenômeno, sua localização e o grau de gravidade da insegurança alimentar que enfrentam”.

Diante dessa colocação da FAO frisa-se a importância sobre a criação de mecanismo de mensuração que permitem diagnosticar de forma sólida as realidades populacionais e seus respectivos grupos de risco que necessitam da implementação e tomada de decisão de órgãos governamentais e sociedade civil, que venham sanar ou amenizar o problema da falta de acesso a alimentos, da desnutrição, da desigualdade, da pobreza e vulnerabilidade, do saneamento básico, etc.

Para se confirmar a eficácia de instrumentos de mensuração INSAN se faz necessária a dedicação de “várias agências de desenvolvimento, governamentais e não governamentais, ministérios e secretarias, programas de assistência autoridades locais e nacionais e órgãos acadêmicos” para que em conjunto a eficácia, confiabilidade e eficiência deste instrumento seja válido, para “compreender melhor as causas subjacentes da insegurança alimentar, identificar e localizar o populações em maior risco” (FAO, 2012, p.12).

Os indicadores sociais inicialmente utilizado nos anos 60 “são recursos metodológicos criados para captar aspectos da realidade social ou processos de mudanças”, podendo apontar o desfecho do desenvolvimento e medir “a eficiência (no uso de recursos), a eficácia (no cumprimento de metas) e a efetividade (nos resultados) de programas e ações” (CONSEA, 2004, p.68).

Ao longo dos anos, conforme as diversas experiências de utilização de instrumentos de mensuração de INSAN, este método vem se tornando cada vez mais eficaz. Destaca-se o pioneirismo dos Estados Unidos, que desenvolveu o Projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil (CCHIP) que visava “avaliar aspectos de insegurança alimentar (IA) no âmbito do domicílio e é composto por perguntas sobre a falta de dinheiro para a compra de alimentos, a suficiência de alimentos em termos de quantidade e variedade e refeições diminuídas ou excluídas”, no contexto onde era necessário provar que a fome retornava no território norte-americano, ao mesmo tempo que a obesidade avançava (KEPPLE *et al.*, 2011, p. 193).

Além do Projeto CCHIP, no mesmo país foi desenvolvido também o Indicador Cornell/ Radimer ao qual estudava o fenômeno da fome de forma direta a partir de duas etapas. A primeira formada por perguntas que tratavam da experiência da fome

com questões “1) passaram fome ou chegaram perto desta situação? 2) quais as situações que levaram a essa situação? 3) quais eram os hábitos alimentares, sensações emocionais e físicas nesta situação? 4) como lidaram com a situação?” (SARDINHA, 2014, p.3). E a segunda etapa, que visava compreender a vivência da fome com a insegurança alimentar. O trabalho concluiu “que a insegurança alimentar é um processo progressivo, que é gerenciado por meio de táticas no nível domiciliar e individual de maneira distinta” (SARDINHA, 2014, p. 4).

A repercussão destes dois estudos americanos colaborou para a trajetória de validação e criação dos mecanismos de medição da INSAN na América Latina e Caribe, que sucedeu principalmente a partir dos 2000. Os países na América Latina e Caribe que possuem escalas de medição de (IN) Segurança Alimentar e Nutricional são o Brasil (em 2004), e a partir da experiência sucedida do EBIA, a Colômbia e Bolívia (em 2006), o Equador (em 2007), Costa Rica, Haiti e México (em 2008), a Venezuela (em 2009) e Argentina (em 2010) (SPERANDIO, 2018). Além disso, em 2007 a FAO desenvolveu a Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA) como um instrumento de mensuração para ser usado no mundo (FAO, 2012).

É importante retratar que estes métodos de mensuração permitem identificar os diferentes graus de segurança e insegurança alimentar que a população/domicílios familiares sofrem, “a partir da experiência vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas, captando não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também” a dimensão que se encontra os domicílios e contribuindo para construção e gestão de programas sociais e políticas (IBGE, 2020, p.21).

Os diferentes graus de segurança e insegurança alimentar podem ser descritas conforme o IBGE:

Segurança alimentar: a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Insegurança alimentar leve: Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

Insegurança alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.

Insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (IBGE, 2020, p 22).

Aprofundando a contextualização dos indicadores de SAN no Brasil, o primeiro estudo nesta direção surge com a finalidade de levantar dados sobre o consumo alimentar da população, conhecido como Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar (ENDEF), nos anos de 1974/1975. Este estudo retratou a desnutrição calórica e protéica. Contudo, o custo da pesquisa era alto e por esta razão não se deu andamento (CONSEA, 2004, p. 68). Mas anos depois, 1989, surgiu a investigação sobre as condições nutricionais de crianças, adultos e idosos, realizada pelo Ministério da Saúde e a pesquisa ficou conhecida como Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) (CONSEA, 2004).

Na década de 90 três estudos importantes surgiram para a constituição dos indicadores de ISAN no Brasil. O primeiro, realizado em 1993, pelo Instituto de Econômica Aplicada (IPEA), mapeou a situação da fome em famílias que viviam em condição de pobreza extrema e que demonstrou que cerca de 32 milhões de brasileiros viviam vulneráveis à fome. O segundo realizado pelo Bemfam (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), divulgado pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996, que trabalhava sobre a questão da desnutrição crônica e a obesidade entre as mulheres. E, o terceiro realizado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) que visava verificar qual o perfil nutricional de sete cidades no Brasil (CONSEA, 2004).

Atualmente no Brasil é utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) como método de mensuração de ISAN, entretanto para sua construção foi necessário passar por uma longa trajetória, iniciada na década de 90 nas experiências de pesquisa já relatadas realizadas nos Estados Unidos, percorrendo uma adaptação para a realidade brasileira já nos anos de 2000.

1.2.1 Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA)

A ELCSA foi desenvolvida em 2007 pela FAO e demais órgãos nacionais como uma ferramenta de mensuração de medida direta para compreensão da segurança alimentar em seus diferentes níveis (leve, moderado ou severo), baseado em métodos qualitativos ou da percepção de experiência do indivíduo a ser entrevistado, utilizada por pesquisadores em países do mundo inteiro, principalmente na América Latina (FAO, 2012).

Sua construção se dá na base de estudos e experiências em outras escalas que foram utilizadas anteriormente, a partir do Projeto Comunitário de

Identificação de Fome Infantil (CCHIP), posteriormente, a *Escala de Seguridad Alimentaria Percibida* na Venezuela e, também, a *Escala de Percepción de Seguridad Alimentaria* (EPSA) da Colômbia (SPERANDIO, *et al*, 2018), que em conjunto edificaram a elaboração do ELCSA (FAO, 2012).

Fundamentada a partir de um questionário que contém quinze (15) questões objetivas, sim ou não, a ELCSA permite identificar as condições de famílias com (IN) Segurança Alimentar e Nutricional. Abaixo segue o questionário da ELCSA em espanhol e português, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Questionário da Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar

Perguntas ELCSA em espanhol	Tradução para o português
P1. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted se preocupó porque los alimentos se acabaran en su hogar?	P1. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você já se preocupou que a comida acabaria em sua casa?
P2. 2 En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar se quedaron sin alimentos?	P2. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você já ficou sem comida em casa?
P3. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar dejaron de tener una alimentación saludable?	P3. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você já parou de ter uma dieta saudável em casa *?
P4. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?	P4. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você ou algum adulto em sua casa já fez uma dieta baseada em uma pequena variedade de alimentos?
P5. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?	P5. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você ou um adulto em sua casa parou de tomar café da manhã, almoçar ou jantar?
P6. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar comió menos de lo que debía comer?	P6. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você ou um adulto em sua casa já comeu menos do que deveria comer?
P7. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar sintió hambre pero no comió?	P7. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você ou algum adulto em sua casa já sentiu fome, mas não comeu?
P8. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?	P8. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, você ou algum adulto em sua casa só comeu uma vez ao dia ou deixou de comer durante todo o dia?
P9. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de tener una alimentación saludable*?	P9. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém com menos de 18 anos em sua casa parou de ter uma dieta saudável *?
P10. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?	P10. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém com menos de 18 anos em sua casa teve uma alimentação baseada em pouca variedade de alimentos?
P11. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?	P11. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém com menos de 18 anos em sua casa deixou de tomar café, almoçar ou jantar?
P12. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar comió menos de lo que debía?	P12. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém com menos de 18 anos em sua casa comeu menos do que deveria?
P13. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez tuvieron que disminuir la cantidad servida en las comidas a algún menor de 18 años en su hogar?	P13. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez tiveram que diminuir a quantidade servida nas refeições para menores de 18 anos em sua casa?
P14. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar sintió hambre pero no comió?	P14. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém menor que 18 anos em sua casa sentiu fome, mas não comeu?
P15. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?	P15. Nos últimos 3 meses, por falta de dinheiro ou outros recursos, alguma vez alguém menor que 18 anos só comeu uma vez ao dia ou deixou de comer durante todo o dia?

Fonte: Elaboração própria baseada no questionário da FAO (2012), 2020.

As perguntas referentes a ELCSA abrangem a percepção do indivíduo

entrevistado, e a cada pergunta o nível de preocupação com a alimentação vai se aprofundando. A cada pergunta, a ELCSA ajuda identificar os componentes da Insegurança Alimentar que está na quantidade insuficiente de alimentos, na qualidade nutricional que o alimento apresenta e, principalmente, se famílias e crianças menores de 18 anos estão em situação de fome. Em 2012 o Comitê Científico da ELCSA já havia aplicado este instrumento nos países: Brasil, México, Bolívia, Colômbia e Guatemala.

Conforme citado, a ELCSA possui 15 questões, sendo 8 perguntas direcionadas ao adulto ou responsável domiciliar e 7 exclusivamente a adolescentes e crianças menores de 18 anos. Nos domicílios que não possuem menores de 18 anos o questionário deve ser respondido até a pergunta 8, além disso a composição para mensuração de (IN) SAN é avaliado a partir da somatória de cada resposta. Se a resposta for Sim é somado 1 ponto e se a resposta for não equivale a 0 pontos.

Posteriormente é necessário calcular a somatória de pontos e o caso das famílias que contém menores de 18 anos deve ser separado, e assim verificar qual o valor para classificar em Segurança, Insegurança Leve, Insegurança Moderada ou Insegurança Alimentar Grave conforme o Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Valores conforme as respostas do ELCSA para classificação de (IN) Segurança Alimentar

TIPO DE CASA	Classificação de (in) segurança alimentar			
	Segurança	Insegurança Leve	Insegurança Moderada	Insegurança Grave
Famílias compostas apenas por adultos	0	1 a 3	4 a 6	7 a 8
Domicílios compostos por adultos e crianças menores de 18 anos	0	1 a 5	6 a 10	11 a 15

Fonte: ELCSA, Comité Científico. ROMA: FAO, 2012, p. 68.

No Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), da UNILA, dois TCCs aplicaram o instrumento ELCSA. Um destes estudos foi realizado pela discente Sonia Evangelina Villalba Amarilla, em 2017, aplicando pessoalmente em uma comunidade localizada no departamento de Caaguazú, República do Paraguai. O questionário foi traduzido para expressão linguística “jopara” mesclada do guarani e espanhol, línguas oficiais do Paraguai, para 12 famílias que representavam 10% de toda comunidade. Os resultados encontrados foram 5 famílias apresentando Insegurança

Alimentar Leve, 5 famílias apresentando Insegurança Alimentar Moderada e 2 famílias apresentando Insegurança Alimentar Grave (AMARILLA, 2017).

O segundo estudo, realizado pela discente Idege Aimable, em 2018, solicitou a aplicação do questionário para o primo Agrônomo Dupervil Alfred realizada na seção de Liancourt na comunidade Verrettes, em Artibonite no Haiti. Em razão das limitações, Idege acompanhou via Whatshapp a aplicação dos questionários. Foi necessário a tradução do questionário para o Crioulo. A aplicação ocorreu em 7 famílias apresentando o resultado: 43% apresenta Insegurança Alimentar Moderada e 53% Insegurança Alimentar Severa (AIMABLE, 2018).

1.2.2 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

A criação de um instrumento para medir a INSAN surge no Brasil através da pesquisa de cinco instituições, sendo elas a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Brasília (Unb), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tinham por “objetivo de produzir uma escala própria para a realidade brasileira” (SARDINHA, 2014, p. 5). A EBIA foi baseada na experiência americana e resultou em um questionário de 14 perguntas objetivas, sim ou não. As perguntas consistem em:

Quadro 2 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Escala EBIA
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8 - Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: SARDINHA, 2014.

A partir das respostas que o representante domiciliar responder, o sim tem peso 1 e o não representa zero ponto. Ao final das perguntas, somam-se os valores e o total classifica o domicílio em Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave. Os domicílios que contém menores de dezoito (18) anos de idade a classificação por somatória de pontos é outra, conforme a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Classificação de IA e SA por somatória de pontos dos domicílios

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
SA	0	0
IL	1-5.	1-3.
IM	6-9.	4-5.
IG	10-14.	6-8.

* SA: Segurança Alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada; IG: Insegurança Alimentar Grave.

Fonte: Sardinha, et al. 2014

A pesquisa teve o apoio do Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e da Organização Panamericana de Saúde, o qual ajudou no processo de validação, que ocorreu a partir de estudos qualitativos e quantitativos “com amostra intencional de residentes em comunidades pobres tanto urbanas quanto rurais” e “um inquérito populacional com amostra intencional” (SARDINHA, 2014, p. 5/6).

No resultado dos estudos mencionados foi possível concluir a validação e criação da EBIA que consiste em “uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome” (SARDINHA, 2014, p.3).

A inclusão deste instrumento para contribuição das estatísticas brasileira ocorreu pela primeira vez no ano de 2003,

[...] propiciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que financiou um conjunto de pesquisas, mediante projeto coordenado pela UNICAMP, com aplicação de escala para estimar a prevalência de SA em várias cidades brasileiras. Em 2004, foi incorporada ao suplemento de segurança alimentar da PNAD. Financiado à época pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, permitindo o primeiro diagnóstico, no Brasil, de SA e IA com abrangência nacional (IBGE, 2020, p. 23).

A EBIA é realizada por medida direta e domiciliar, incorporada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (SEGALL, 2020). No ano de 2006 a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) aplicou a EBIA, e em 2009 o EBIA voltou a fazer parte da aplicação do PNAD/IBGE, que também aplicou o EBIA durante no ano de 2013 (SARDINHA, 2014).

O PNAD foi encerrada no ano de 2016, e foi substituída pela PNAD Contínua que “visa acompanhar as *flutuações trimestrais* e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE, [201?]).

Outro fator condizente para analisar a IA e SAN é a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE), a qual analisa a segurança alimentar a partir da experiência vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas (IBGE, [201?]).

Segundo o Laboratório de Estudos Econômicos (ECONS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a primeira aplicação da POF ocorreu entre os anos de 1974 e 1975, com apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e se chamou Estudo Nacional de Despesa Familiar (SILVA, et al.,

2010). Historicamente já aconteceram seis Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil sendo nos anos de 1974-1975; 1987-1988; 1995-1996; 2002-2003; 2008-2009; e 2017-2018 (IBGE, [201?]).

A metodologia empregada para coleta dos dados da POF de 2017-2018 avaliava “a prevalência de segurança alimentar (SA) e os graus da insegurança alimentar (IA) nos domicílios brasileiros, seguindo os aspectos metodológicos aplicados na PNAD dos anos de 2004, 2009 e 2013” (IBGE, 2020, p. 20).

No primeiro semestre de 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN) desenvolveu um Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar pensada no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. A pesquisa utilizou o EBIA como instrumento de avaliação, mas de forma adaptada com a realidade vivenciada na pandemia. A pesquisa “oferece um retrato preciso e abrangente da situação alarmante de insegurança alimentar e fome no Brasil atual, observando os impactos da pandemia e da situação política e econômica do país na população” (REDE PENSSAN, 2021, p. 6).

Atualmente o Brasil contém uma população aproximadamente estimada em 211,7 milhões de pessoas (IBGE, 2021), dados do Inquérito Nacional demonstram que 116,8 milhões de pessoas se encontram em insegurança alimentar no Brasil, significando 55,2% de domicílios brasileiro. Desses 19 milhões de brasileiros, 9% do total da população, se encontra no estado de Insegurança Alimentar Grave, ou seja, são pessoas que estão passando fome (REDE PENSSAN, 2021).

1.3 UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO

Nas últimas décadas mudanças de hábitos no estilo da população são consequências visíveis, influenciadas pelos fatores de desenvolvimento econômico, aceleração da industrialização, produção de alimentos inseridos no avanço tecnológico, propagandas criativas transmitido pelas mídias e a praticidade de alimentos rápidos (MARTINS, 2009).

Segundo Aquino *et. al* (2015, p. 82) “essas transformações ocorridas no mundo têm feito com que as pessoas e os jovens apresentem uma maior facilidade em incorporar novos hábitos alimentares” conforme o seu estilo de vida e a fase da vida em que está inserido no momento.

Ressalta-se que os hábitos alimentares são moldados conforme nosso

ambiente sociocultural, construído socialmente iniciados na infância “por meio da qual o indivíduo mantém relações culturais estabelecidas por gerações passadas ao longo do tempo e do espaço no território onde vive” (SILVA, p. 12, 2020).

Introduzindo a fase adulta dos jovens, iniciada acerca dos 24 anos, segundo Camarano (2003), citado por Bunge (2012), pode-se destacar como um momento marcante com o ganho de responsabilidade e da independência, quando saem da casa dos pais e conseguem residir em sua própria moradia, ingressando em uma nova etapa do seu desenvolvimento (BUNGE *apud* Camarano, 2012).

Estudos comprovam que nessa mesma fase grande parte dos jovens, nascidos após 1990, tem hábitos alimentares ligados à praticidade. Destaca-se que no mesmo período a humanidade passa por mudanças alimentares radicais, juntamente com a crescente procura pela alimentação fora do ambiente de casa (PROENÇA, 2010).

Segundo Aquino (2015), a inserção do meio acadêmico gera modificações com o estilo de vida e de novos hábitos alimentares. Fiates (2001) *apud* Monteiro (2009), afirma que

[...] “com a inserção na universidade, os jovens oriundos de famílias estruturadas podem sentir dificuldades em prover sua própria alimentação sem a orientação da autoridade parental, pois são influenciados por diversos fatores como novas relações sociais, estresse, instabilidade psicossocial, modismos dietéticos, omissão de refeições, consumo de fast foods, consumo de álcool e cigarros (MONTEIRO, 2009).

Ingressar na universidade significa para muitos jovens e adultos um momento de independência com responsabilidades de gerir o tempo e os afazeres, pensar nos estudos, pensar na alimentação, finanças e moradia. É verídico que por conta de diversos afazeres muitos desses jovens/adultos optam por consumir refeições mais práticas e rápidas, significando em uma alimentação com pouca variedade e instável (PEREZ, *et al.* 2015).

O instituto Politécnico de Viseu (IPV) e a Universidade do Porto (UP) demonstram em suas pesquisas um padrão alimentar dos universitários baseado no consumo de açúcar, gorduras, carnes, *fast food* e cereais (LOPES, 2017).

Discentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) realizaram um estudo sociocultural alimentício dos alunos, em 2015, entrevistando 23 estudantes de ambos sexos e diferentes nacionalidades que encontraram diferença na comida ao chegar na sede da UNILA, localizada em Foz do Iguaçu - PR, “para 60% dos alunos, essas diferenças interferem na qualidade de vida.

Quase a mesma quantidade de alunos concordaram ou negaram possuir hábitos alimentares saudáveis” (ARCAIN, *et al.*, 2015, p 3).

2. O UNIVERSO DA PESQUISA E METODOLOGIA

Nesta seção será apresentada a trajetória da construção da investigação, por meio da descrição das técnicas utilizadas para a escolha do grupo analisado e instrumentos que auxiliaram a análise dos dados coletados. Além disso, este capítulo tem por finalidade apresentar o município que se encontra a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, apresentar o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e a definição da amostra, seu andamento esclarecendo as dificuldades e pontos positivos encontrados na pesquisa.

2.1 MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu situa-se no extremo oeste do Paraná, fazendo divisa com as cidades de *Puerto Iguazú* (ARG) e *Ciudad del Este* (PY), sendo assim uma cidade de Tríplice Fronteira. Segundo Cabanha, 2019, a história do município iniciou como Colônia Militar em 1889, fundada pelo Sargento José Maria de Brito e o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior. Em meados de 1910 a Colônia passou a se chamar a “Vila Iguaçu, subordinada ao Município de Guarapuava, sendo que dois anos depois o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, entregando-a ao Governo Estadual do Paraná, passando assim a ser reconhecida como Município de Vila Iguaçu, desmembrada do município de Guarapuava. O primeiro prefeito Jorge Schimmelpfeng, juntamente com a primeira Câmara de Vereadores, denominou a cidade como “Município de Foz do Iguaçu”, em 1918 pela Lei Estadual nº 1783 (CABANHA, 2019).

As suas características físicas sobre a área indicam: “área urbana de 191,46 km², uma área rural de 138,17 km², de Parque Nacional do Iguaçu 138,60 km², uma área do Lago Artificial de Itaipu 149,10 km² e Ilha Acaray 0,38 km², totalizando uma área total de 617,71 km²” (PMFI, 2018?), segundo o IBGE, 2020, a área atual é de 618,057km², como demonstra a Figura 2 a seguir:

Figura 2- Mapa da Cidade de Foz do Iguaçu - PR



Fonte: IPARDES; nota: Base Cartográfica ITCG (2010).

Em 1542 Alvares Nunes Cabeza de Vaca em sua jornada de Santa Catarina à Assunção descobriu a região e as Cataratas do Iguaçu batizando-a, a mesma, de Salto Santa Maria. Além disso, os primeiros habitantes da cidade foram os índios caingangues imigrados do Paraguai. Sua evolução do desmembramento da cidade de Guarapuava foi se dando de forma irregular em sua ocupação e desenvolvimento (PMFI, 2012).

Foz do Iguaçu hoje contém uma população estimada, segundo o IBGE, 2020, de 258.248 habitantes e cerca de mais de 90 etnias/nacionalidades estrangeiras, distribuídas em maioria entre Paraguai, Líbano, Argentina e China (PMFI, [21--?]). O crescimento turístico na cidade iniciou em meados de 1939 em razão da criação do Parque Nacional do Iguaçu, contribuindo para a economia local (PDDIS, 2016).

Foz do Iguaçu ainda hoje é fomentada pelo o turismo, possui uma diversidade de locais para visitação nos atrativos turísticos, com comércios e serviços, que contribuem para a economia do município. (PMFI, [2012?]). Segundo WICINOVSKI (2015, p.16), a principal atração é as Cataratas do Iguaçu, atualmente considerada uma das sete maravilhas naturais do mundo. A cidade ainda conta com outros atrativos como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Templo Budista, Ecomuseu, Marco das Três Fronteiras, Parque das Aves, Refúgio Biológico, etc.

2.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi instituída pela Lei Nº12.189/2010 de “natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Brasil” (Art. 1º da Lei Nº12.189 de Janeiro de 2010, Brasil, 2010), com quatro unidades

instaladas no município, sendo: UNILA Jardim Universitário, UNILA Sede Administrativa Vila A, UNILA Parque Tecnológico Itaipu (PTI), UNILA Edifício Almada (UNILA, [20-?]).

Segundo Genro et. al (2018), seu projeto já estava em desenvolvimento desde 2007 e contribuiu para unificar a integração latino-americana, colaborando para desenvolvimento da região e cultural, com estudantes oriundos de todos os estados do Brasil, dos países participantes do MERCOSUL e da América Latina e Caribenha.

É importante esclarecer que a UNILA é uma Universidade Federal brasileira, custeada pelo governo do Brasil e apresenta característica distinta comparada a outras universidades federais do Brasil. A UNILA atualmente está formada por 29 cursos de graduação, divididas entre 4 institutos: Arte, Cultura e História (ILAACH), Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN), Economia, Sociedade e Política (ILAESP) e Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT), além disso, também oferta 12 mestrados e um doutorado (UNILA, [20-?]).

A UNILA é composta por dois idiomas oficiais, português e espanhol, em que os alunos que ingressam têm a oportunidade de aprender e desenvolver a fala, escrita e leitura em ambas as línguas. Ressalta-se que a matriz curricular de todos os cursos tem disciplinas oferecendo a matéria de Português para os alunos hispanos e Espanhol para os alunos brasileiros. Considera-se também que as aulas podem ser ministradas por professores falando em espanhol ou português (RICOBOM, 2009).

A estrutura pedagógica ainda oferece na matriz curricular de todos os cursos disciplinas sobre Fundamentos da América Latina, Introdução ao Pensamento Científico e Ética e Ciência, que contribuem para o desenvolvimento de habilidades e valores para o exercício da vida cidadã, para o aprendizado das relações e integração com outras pessoas.

2.2.1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e ações durante a pandemia da COVID-19

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é o órgão responsável pelas políticas de assistência estudantil da UNILA, visa atribuir ações e conjuntos de suportes direcionadas aos discentes da universidade para que tenham acesso e permanência no ensino superior (RIVELLO *et al.*, 2019).

A Política de Assistência Estudantil é implementada por meio de uma política social, com o objetivo de atender as necessidades dos estudantes que se

encontram em vulnerabilidade econômica, acessando auxílios em forma de transporte, alimentação, alojamento, lazer, cultura, entre outras., contribuindo para melhor qualidade de vida dos estudantes (PDI, 2013).

A definição de escolha para concessão de auxílios ao público universitário se dá de duas formas [...]

[...] O primeiro é o da carência econômica definida principalmente pela renda familiar per capita igual o inferior a um salário 7 mínimo e meio, o segundo é ter acessado a universidade por meio de uma das modalidades de cotas estabelecidas na Lei Federal nº 12.711/12. Assim, a PRAE estabelece que os auxílios sejam concedidos preferencialmente aos estudantes cotistas que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Assim, os estudantes cotistas tendiam a ser contemplados com os auxílios estudantis. Nos anos de 2017 e 2018 inseriu-se, entre as etapas que habilitavam os candidatos a receber o auxílio a inscrição no Cadastro Único - CadÚnico, plataforma do governo federal dos beneficiários dos programas sociais (NUNES, et al., 2019, p.6).

A PRAE oferece alguns tipos de auxílios que tratam de transferência de renda, sendo eles: “Auxílio Alimentação, com subsídio financeiro no valor de R\$ 300,00 mensais” e cartão Nutricard, Auxílio Moradia estudantil, com “subsídio financeiro no valor de R\$ 300,00 mensais ao acadêmico cujos familiares não residam no município de Foz do Iguaçu”, vagas em moradia na UNILA e em alojamentos, e o Auxílio Transporte com “concessão de créditos mensais para cartão único de transporte coletivo urbano, sendo o equivalente a dois vales transporte diário” (NUNES, et al., 2019, p. 7). Os critérios pré-definidos pela política de assistência estudantil para que o auxílio seja mantido são: a frequência durante as aulas e o desempenho acadêmico (PDI, 2013).

No ano de 2020 com a suspensão das aulas e posterior aulas à distância, a PRAE comunicou, por meio do Comitê de Enfrentamento ao COVID-19, que os auxílios estão sendo mantidos mensalmente (PRAE, 2020). Além disso, a UNILA criou um Programa Emergencial de Auxílio aos Estudantes Ingressantes da UNILA, visando “auxiliar nas condições de aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e de saúde, necessários para a calamidade pública atual em decorrência do novo Coronavírus - COVID-19, aos discentes ingressantes 2020.1” com o pagamento de uma parcela única no valor de R\$300,00 reais. (PORTARIA Nº 133/2020/GR).

Outra ação importante da UNILA, realizada pela PRAE juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, foi o lançamento do edital nº08/2020 de bolsa de inclusão digital - acesso à internet, com a disponibilização de

R\$120,00 reais mensais para contratação de internet banda larga durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, com o objetivo de os estudantes universitários de graduação e pós-graduação participarem das aulas não presenciais no Ensino Remoto Emergencial (ERE) (EDITAL Nº 08/2020/PRAE/PRPPG/UNILA).

No período também ocorreu a criação do Auxílio Promoção da Inclusão Social pela Educação lançado pelo edital nº 09/2020, com a disponibilização de 3 parcelas no valor de R\$400,00 reais, para discentes em situação de pobreza contribuindo para permanência na Universidade, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 (EDITAL Nº09/2020/PRAE/UNILA).

As notícias com ações e informações importantes sobre os acontecimentos e dúvidas relacionadas à PRAE, como: assistência estudantil, quem tem direito, sobre as assistências psicológicas, da saúde e sobre auxílios, se encontram disponíveis no Portal da UNILA.

2.2.1 Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

O curso intitulado Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - DRUSA, foi criado na UNILA no ano de 2011 com duração de 4 anos, respectivos 8 semestres, reconhecido pelo MEC, com o objetivo de “oferecer formação em nível superior com vistas a capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Além da capacidade de compreender e analisar a realidade local, nacional e global, em suas interconexões” (UNILA, [20-?]).

Segundo Piovesana (2018, p. 14), o curso Bacharelado em DRUSA “é único no Brasil, porém tem aproximações com vários cursos de pós e mestrado nas temáticas dos eixos DRUSA, neste isolamento de graduação não temos como compararmos com outros cursos iguais”. O curso está cadastrado na área de conhecimento das ciências sociais aplicadas, representando inovação por atuar de forma interdisciplinar com dois campos de conhecimento: desenvolvimento rural e segurança alimentar (UNILA, 2020).

Os objetivos do curso buscam como compreender [...]

[...] e analisar, de forma crítica e autônoma, os conceitos de desenvolvimento rural e da segurança alimentar na América Latina; ii) acessar instrumental teórico e aplicado para diagnóstico e análise da realidade local, regional, nacional e global, em suas interconexões, em prol do desenvolvimento

rural e da segurança alimentar; iii) habilitar-se em métodos e técnicas para a realização de atividades de análise, planejamento, gestão de projetos e de programas, objetivando assessorar os atores sociais (públicos e privados) na busca de soluções compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos diversos territórios; iv) desenvolver, a partir dos conhecimentos diversos, uma visão ampla, crítica e dialógica do problema ambiental e suas interconexões, sociedade-ambiente e agricultura-ambiente inerentes ao desenvolvimento rural e a segurança alimentar; v) qualificar-se como profissionais para atuar na formulação, planejamento, proposição e gestão de projetos e políticas públicas, a partir de processos participativos e de cooperação entre diferentes atores com vistas ao desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

A integração latino-americana se faz presente na representação da origem dos discentes do curso que provêm de diferentes países: Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Haití, Chile, Brasil e etc., mas também de diferentes estados da Federação Brasileira (Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, etc.).

O universo inicialmente pensado para aplicação do questionário era a composição de discentes ativos do curso, sendo eles 139 estudantes no ano de 2020. Considera-se que o aluno ativo é aquele que possui vínculo com a Instituição (independentemente de estar matriculado em algum componente) e que não tenha sido cancelado pela Pró Reitoria de Graduação (DEACA, 2020).

A organização administrativa da UNILA é composta pela estrutura organizacional e as políticas de gestão da UNILA. As políticas são: Política de comunicação social, Políticas de avaliação institucional, política de assistência estudantil, política de Gestão Administrativa, Política de responsabilidade socioambiental, política de gestão de pessoas e Política de relações internacionais (PDI, 2013).

2.3 DESCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário da Rede PENSSAN foi pensado para compreender a atual situação do Brasil de Segurança e Insegurança Alimentar frente ao momento da pandemia da Covid-19. Foi estruturado pelo grupo de monitoramento composto por pesquisadores da Rede PENSSAN. O mesmo foi programado para ser aplicado via Aplicativo, através de telefones celulares, tablets e computadores.

Para Rede os assuntos chaves que o compõe baseia-se em:

descrição do domicílio, informações dos moradores dos domicílios, renda familiar, situação econômica do(a)

entrevistado(a) ao longo da pandemia do coronavírus, para identificar a prevalência de segurança ou insegurança alimentar no domicílio, considerou-se um conjunto de oito questões utilizadas na ebia, perguntas relacionadas às formas de alimentação e ao acesso dos(as) moradores(as) aos programas sociais (REDE PENSSAN, 2021, p. 23).

O questionário consiste em 3 Blocos de perguntas, sendo o primeiro Bloco referente aos dados pessoais do entrevistado: nome completo, data de nascimento, raça ou cor, se sabe ler e escrever, escolaridade, atual situação em relação ao trabalho/emprego (se estiver trabalhando, questiona se obteve redução de carga horária) e se nos últimos 3 meses a pessoa ou algum morador da sua casa teve diagnóstico de Coronavírus (Covid-19).

O segundo Bloco trata especificamente: da residência como a localização, urbano ou rural, quantos moradores vivem com o entrevistado, se tem fornecimento de água potável, rede de esgoto, questiona também a renda mensal, se a pandemia afetou o trabalho e a renda dos moradores da residência, se o entrevistado recebe auxílio de programas governamentais, se solicitou o auxílio emergencial, se produz algum tipo de alimento vegetal ou animal e, por fim, perguntas relacionadas a escala de segurança alimentar baseada no EBIA (8 perguntas), de que forma são adquiridos os alimentos, se houve a percepção de alteração de preços, se as condições de renda levaram a mudar o perfil de compra, o tipo de estabelecimento que frequenta, além disso, aprofunda o levantamento de dados sobre a alimentação do entrevistado listando alguns alimentos que consumiu no dia anterior *in-natura* e industrializados.

Destaca-se que no segundo Bloco foram incluídas as perguntas da EBIA, conforme o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Segundo bloco do questionário da Rede PENSSAN que inclui as perguntas da EBIA

PARA IDENTIFICAR A PREVALÊNCIA DE SEGURANÇA OU INSEGURANÇA ALIMENTAR NO DOMICÍLIO, CONSIDEROU-SE UM CONJUNTO DE OITO QUESTÕES UTILIZADAS NA EBIA (perguntas com respostas diretas: 'SIM/NÃO'). As questões que determinaram os níveis de SA/ IA (IA Leve, Moderada ou Grave) no contexto da Covid-19, tiveram sempre como referência os últimos três meses. Assim, perguntou-se: “Nos últimos três meses_____”:

1. os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?;
2. os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?;

3. os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?;
4. os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?;
5. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?;
6. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?;
7. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?;
8. algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: REDE PENSSAN, 2021, p.19.

O terceiro Bloco questiona as informações da localidade do entrevistado, número de telefone para contato e informações complementares.

2.4 COVID-19 E OS PROBLEMAS PARA EXECUÇÃO DA METODOLOGIA

Segundo o Ministério da Saúde a doença *coronavírus*, chamada de COVID-19, “é de uma família do vírus que causam infecções respiratórias” apresentando para os pacientes “um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves”. Os primeiros casos em humanos surgiram em 1937, mas somente em 1965 que o vírus foi reconhecido como coronavírus (MS, [20-?]). A nova Síndrome Respiratória ressurgiu na China no dia 31 de dezembro de 2019, “provocando a doença coronavírus” (MS, [20?]), a transmissão foi ocorrendo rapidamente, resultando em uma dimensão de grande escala de números de infectados pelo mundo inteiro.

O primeiro caso no Brasil foi registrado no estado de São Paulo na data de 26 de fevereiro de 2020, sendo um homem de 61 anos ao qual havia viajado para a Itália. Já o segundo caso é registrado três dias depois, tendo o mesmo vindo da Itália também, referente ao mesmo dia, dados globais relataram que o mundo já havia confirmado 85.403 casos de COVID-19 em 54 países, com 2.924 óbitos. Porém o Brasil, no dia 28 de fevereiro de 2020, já havia registrado 182 casos suspeitos (MS, 2020).

Foz do Iguaçu apresentou o primeiro caso confirmado em 18 de março, com o registro do primeiro óbito em 26 de abril, porém as medidas preventivas iniciaram antes dos primeiros casos confirmados com um treinamento de capacitação com os “profissionais da rede pública e particular de saúde para o cenário epidemiológico, com medidas de prevenção e fluxos de atendimento” (AMN, mar/2020). Em 15 de março de 2020 o município de Foz do Iguaçu publicou o primeiro decreto nº 27.963 referente a prevenção e medidas para o enfrentamento do coronavírus, com novas ações necessárias para ajudar famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, a instituição Cataratas SA e o grupo Cataratas doaram R\$ 400 mil convertidos em EPIS e cestas básicas, distribuídos pelas Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e Relação com a Comunidade e Agricultura (AMN, 2020).

Segundo a Rede PENSSAN (2021, p. 12) no Brasil se deu uma propagação rápida do COVID-19 que explicita “ainda mais as desigualdades entre diferentes realidades sociais, fortalecendo o debate sobre a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população”. Para tentar amenizar as desigualdades o Governo Brasileiro criou o Auxílio Emergencial “para assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da COVID-19” (GOVERNO BRASILEIRO, 2020).

Alguns problemas que surgiram em razão da pandemia da Covid-19 foi o atraso para conclusão do curso de graduação, ao qual o trabalho estava planejado para ocorrer em junho/julho de 2020, e foi preciso se estruturar novamente criando novas metodologias para o TCC, se expandiu em um período de 01 ano para conclusão e formação.

Um aspecto negativo em torno da realização das entrevistas, é que a aplicação do questionário ocorreu à distância, pois em razão da pandemia as aulas e atividades acadêmicas foram suspensas por deliberação do Comitê de Enfrentamento ao COVID-19. Posteriormente a UNILA aprovou o ensino remoto. Se não houvesse pandemia, acredita-se que as entrevistas iriam fluir e se desenvolver mais rápido, pois no ambiente universitário temos contato direto com todos os discentes do curso. Então, poderia contactar os estudantes e realizar as entrevistas na própria universidade, não precisaria ser via internet, o tempo para realizar a pesquisa seria menor e a porcentagem de estudantes entrevistados poderia ser maior.

2.5 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Conforme já informado na Introdução do TCC, inicialmente era planejado um estudo para mensurar a INSAN no Município de Foz do Iguaçu, a partir de uma amostra aleatória de domicílios nos bairros considerados mais vulneráveis da cidade, em que seria aplicada a EBIA. Contudo, o contexto da pandemia da COVID-19 exigiu uma mudança nos planos, reorientando um novo objetivo, sendo necessário limitar um novo recorte populacional da pesquisa, agora direcionado para os estudantes do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

Em diálogo com a orientadora, que participa do GT sobre monitoramento da insegurança alimentar durante a pandemia na Rede PENSSAN, optou-se pelo uso de um questionário criado pela Rede PENSSAN, que envolve a escala EBIA e que foi adaptado para levantar dados da insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19. O questionário foi desenvolvido no ano de 2020. Foi solicitada para a Rede PENSSAN uma autorização para o uso do questionário.

Sendo assim, a pesquisa do TCC fez uso do questionário desenvolvido pela Rede PENSSAN para identificar as condições de ISAN entre os estudantes de DRUSA e, adicionalmente, se comprometeu em testar um Aplicativo criado pela Rede, com o questionário. A ideia foi testar o aplicativo em duas formas de entrevistas, parte realizada pelo aplicativo aberto no computador e parte pelo aplicativo aberto no celular.

Com a aprovação da Rede PENSSAN para o uso do questionário, foi feita uma verificação com o comitê de ética da universidade. Foi sugerida a coleta via declaração em áudio, de uma autorização dos entrevistados, conforme o texto a seguir:

Termo de Consentimento: Eu, NOME da PESSOA, nº CPF, declaro que concordei em ser entrevistado/a e responder questionário VIGISAN referente à pesquisa "(IN) Segurança Alimentar e Nutricional – o caso dos estudantes do curso de DRUSA/UNILA" desenvolvida por Evelyn Natividade Luiz, orientada por Silvia Zimmermann e Marcos Garcias (UNILA). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Permito o uso dos dados de forma anônima e acadêmica pelos pesquisadores.

Na sequência foi necessário discutir com o co-orientador como deveria ser a definição da amostra. Optou-se por uma amostra com 100% de equivalência, ou seja, o questionário deveria ser aplicado em 139 estudantes ativos do curso de DRUSA.

Ressaltasse que esta população total dos estudantes é referente aos discentes ingressados até o ano de 2020.

Para o início dos trabalhos com a aplicação do questionário foi necessário fazer contatos com os discentes e agendar um horário de sua disponibilidade. Para contactar os estudantes foi necessário solicitar à coordenação do curso de DRUSA a listagem de alunos ativos com seus respectivos email, pois o email no âmbito universitário é um meio de comunicação entre a Universidade e a comunidade que a compõe. Além disso, obtive ao longo do curso o número telefônico de alguns estudantes facilitando a melhor comunicação para solicitar a participação na pesquisa.

A aplicação começou no dia 02 de novembro de 2020, por meio do aplicativo no computador e no celular, e foi concluída em maio de 2021.

Desde o princípio, o diálogo com os estudantes não foi fácil, por motivos de natureza diversa. No mês de novembro e dezembro de 2020, em contato com 78 estudantes, somente foram realizadas 18 entrevistas, sendo todas à distância, via *whatsapp*. Um dos argumentos alegados é que, por ser final de semestre e haver um acúmulo de trabalho e provas, havia impossibilidade de o estudante tirar um tempo para a entrevista. Com o início das férias o diálogo com os discentes também não foi fácil e a pesquisa apenas teve continuidade no final das férias dos estudantes, no mês de fevereiro de 2021.

Neste mesmo período, fevereiro de 2021, a orientadora Silvia Zimmermann contactou a discente Diana Jazmín Britez Cohene, que é sua orientanda de pesquisa, para auxiliar na realização das entrevistas, para aumentar o número de entrevistados. Novamente entrou-se em contato com os estudantes, obteve-se 31 entrevistas e 52 discentes contactados, mas que após 3 tentativas foram desconsiderados e incluídos como resposta que “não aceitou participar da entrevista”.

A partir dos primeiros testes de uso do Aplicativo VIGISAN, em novembro de 2020, foi enviado um relatório para a Rede PENSSAN no mês de dezembro de 2020. Foram incluídos no relatório detalhes sobre o uso do aplicativo, quantos questionários haviam sido aplicados via computador; quantos aplicados via celular; se ocorreram problemas e quais problemas.

Após o envio do relatório, continuou-se usando o aplicativo com a permissão da Rede PENSSAN até o período março de 2021. A partir dos testes, a Rede necessitava reformular o questionário e o Aplicativo e, diante dessa situação, para dar continuidade na pesquisa, foi criado um questionário na plataforma *google docs* com

autorização da Rede para serem usadas as mesmas perguntas utilizadas via Aplicativo.

Com mais alguns meses para a aplicação, conseguiu-se contatar os restantes dos discentes que faltavam e realizar mais algumas entrevistas, sendo encerradas no final do mês de maio. Foram contatados todos os 139 discentes ativos no Curso, destes 74 responderam, mas somente 50 aceitaram participar da pesquisa, representando 36% dos alunos. É importante ressaltar que para uma população de 139 alunos, com um grau de confiança de 90% e margem de erro de 5%, seriam necessários 93 questionários aplicados.

Na análise dos dados que será apresentado no próximo capítulo, também foi pensado nas ações no atual momento pandêmico (COVID-19) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNILA, para evitar o número de evasão de universitários e sobre a contribuição de renda dos estudantes, verificando se a população de DRUSA acessou as ações e editais da universidade.

3. DESCRIÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A centralidade do debate sobre Insegurança e Segurança Alimentar e Nutricional e sua importância, gira com ênfase nas realidades populacionais e seus respectivos grupos. O perfil de origem dos discentes entrevistados do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar provêm de diferentes países: Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Uruguai, Chile, Brasil, mas também de diferentes estados da Federação Brasileira, Paraná, Amazonas, Minas Gerais, Amapá, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Para realização da pesquisa foram contactados os 139 (cento e trinta e nove) estudantes ativos no curso de DRUSA, por meio do *email*, *whatsApp* e *facebook*. Ressalta-se que, conforme o Departamento de Administração e Controle Acadêmico (DEACA), o aluno ativo é aquele que possui vínculo com a Instituição. Considerou-se os alunos ativos até o segundo semestre de 2020. Os alunos entrevistados somam no total de 50 estudantes. Os contactados, mas que após 3 ou mais tentativas não responderam foram 24 estudantes e os que não deram retorno somam no total de 65 discentes.

O número de questionários aplicados não foi estatisticamente representativo para o universo dos estudantes de DRUSA, representando 36% dos alunos. Entretanto, os resultados aqui discutidos podem dar uma ideia da realidade que se encontram os estudantes.

Destacamos que nossa contribuição para o Aplicativo VIGISAN criado pela Rede PENSSAN e aplicado nesta pesquisa ocorreu devido aos testes realizados, nos quais foi possível verificar alguns erros de operacionalização do Aplicativo: no primeiro mês das entrevistas de testes do Aplicativo via celular, verificou-se erro para uso do aplicativo via celular Apple, na inclusão da data de nascimento dos entrevistados, não sendo possível concluir o questionário.

Conforme mencionado, os discentes de DRUSA provêm de origens distintas, sendo uma realidade bem distinta, além disso em razão da pandemia alguns voltaram para seus respectivos lares em outros países e estados do Brasil.

Referente a média de tempo no preenchimento do questionário, estima-se aproximadamente 25 minutos para aplicação, embora a conversa pode demorar bem mais em função do sinal da internet do entrevistador e entrevistado. Houve entrevista de 45 minutos. Destaca-se que o fato de serem estudantes de desenvolvimento rural e

segurança alimentar, e já terem conhecimento de instrumentos de pesquisa, facilitou muito o entendimento das perguntas, mesmo para aqueles que estão no início do curso. Alguns casos foram necessários a tradução para o espanhol, sobretudo na última parte do questionário, em que constam produtos alimentícios.

3.1 RELATÓRIO DE CAMPO

A trajetória do trabalho de campo não foi um fácil, o primeiro passo se deu em conhecer o aplicativo disponibilizado pela Rede PENSSAN, explorar o questionário e tirar dúvidas com a orientadora sobre alguma pergunta. Foi realizado um teste via celular Apple e constatou um problema inicial na inserção da data de nascimento, o campo não dava para preencher. Posteriormente, como era necessário iniciar a aplicação das entrevistas, até o profissional responsável pela manutenção e ajustes do aplicativo arrumar o problema, a aplicação começou via computador dia 02 de novembro de 2020.

Ao longo do mês comecei a fazer os contatos com os estudantes e agendando horário para realizar as entrevistas. Porém, como dito, não foi esta tarefa não foi fácil, devido as dinâmicas do conjunto de estudantes e da minha própria dinâmica, que trabalhava durante o horário diurno e somente conseguia realizar as entrevistas no horário da noite e finais de semana.

Durante o mês de novembro e dezembro foi contato setenta e oito estudantes, mas somente 18 entrevistas realizadas. Todas foram realizadas a distância, via whatshApp. Como o programador não solucionou de imediato a questão do aplicativo via Apple, para usar o aplicativo no celular e testar para Rede, solicitei emprestado o celular modelo Samsung para o meu pai e baixei o aplicativo VIGASAN, via googlechrome. Foram realizadas quatorze (14) pelo Aplicativo no computador e quatro (04) realizadas pelo Aplicativo no celular.

Como dezembro e janeiro era período de férias, acabei não contatando os discentes por este motivo. Em fevereiro retomei as entrevistas, com o auxílio da Diana Jazmin, para auxiliar na realização das entrevistas, e aumentar o número de entrevistados. Além disso, a Rede PENSSAN autorizou o uso do aplicativo até o dia 15 de março de 2021, para dar continuidade na pesquisa a orientadora pensou em fazer um formulário na plataforma *google docs* com autorização da Rede para serem usadas as mesmas perguntas utilizadas via Aplicativo.

As entrevistas deram continuidade até metade do mês de maio 2021, e

foram contatos os restantes dos discentes, mas somente conseguiu a aplicação de 32 questionários, somando no total 50 entrevistas para a pesquisa. Como as entrevistas aconteceram via distância, os discentes não têm o mesmo comprometimento como seria pessoalmente, alegando que não podem atender.

Referente a origem dos estudantes da pesquisa, o questionário faz referência ao auxílio e valor total da renda domiciliar no país de origem e não no Brasil, em que os valores de subsídio governamental é diferente. Nestes casos foi necessário converter os valores de dólar para real e Guaraní (moeda do Paraguai) para real. Para se entender a problemática, entre os casos dos entrevistados, de um lado, temos os brasileiros que estão no país e acessaram o auxílio emergencial por aqui, mas também e paraguaios, bolivianos e colombianos que estão no país. De outro lado, encontramos casos específicos de: uma Paraguaia que nos últimos três meses retornou para viver com sua família no Paraguai; o caso de um colombiano e uma boliviana que estão em mobilidade acadêmica na Costa Rica desde o início da pandemia; o caso de um boliviano que retornou ao seu país recentemente, sendo parte do tempo no Brasil e parte na Bolívia.

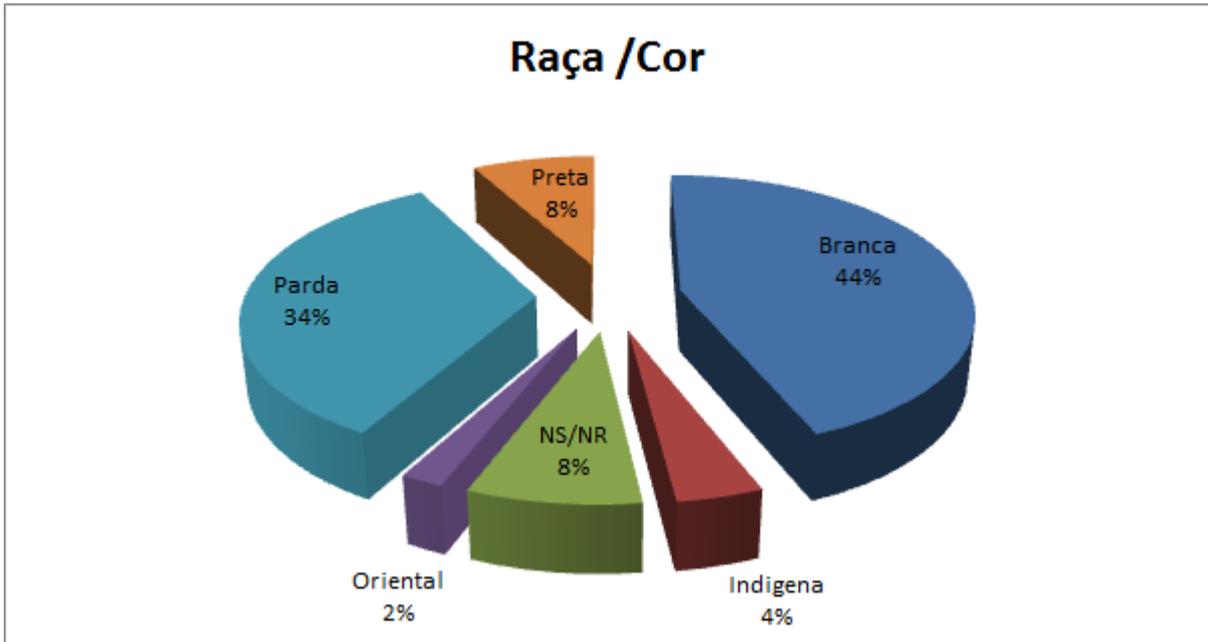
Destacasse também na questão de execução do aplicativo Vigisan é sobre o sinal da internet. É necessário que este esteja bom, pois “aconteceu de quando fui submeter ter caído a internet, neste caso estava no wifi e liguei os dados móveis e consegui submeter logo em seguida, não perdi os dados”. Com isso, lembra-se o quanto é importante que o sinal de internet seja bom e constante para que seja garantida a submissão do questionário e não se perca os dados coletados.

Por fim, uma ponderação positiva, considera que a pesquisa a distância pode estar facilitando os relatos, “pois parecem ficar menos envergonhadas de falar a verdade por ser via telefonema”.

3.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E A COVID-19

Na amostra pesquisada na sua totalidade de 50 entrevistados, 26 eram do sexo masculino (52%) e 24 do sexo feminino (48%). Com relação à pergunta sobre raça ou cor, destaca-se que a maioria se identifica como Branca (22 estudantes, 44%) e Parda (17 estudantes, 35%), conforme demonstra o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Relação sobre raça/ cor dos estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa.

Em relação à nacionalidade dos entrevistados identificou-se uma grande variedade de países: 24 eram brasileiros, 09 eram colombianos, 07 paraguaios, 05 peruanos, 02 bolivianos, 01 chileno, 01 equatoriano e 01 uruguaio. Entre os brasileiros, 09 provêm do Estado do Paraná (cidades de Céu Azul, Foz do Iguaçu, Salgado Filho, São Miguel, Santa Terezinha do Oeste), 01 de Alagoas, 01 do Amapá, 01 do Amazonas, 01 do Mato Grosso, 02 de Santa Catarina, 04 de São Paulo, 01 de Minas Gerais, 02 do Rio de Janeiro, 01 da Bahia e 01 do Rio Grande do Sul.

Destaca-se que o questionário aplicado era referente a vivência dos últimos três meses. Neste sentido, os entrevistados anunciaram estar nos últimos três meses em diferentes locais, sendo a maioria no Brasil: 37 entrevistados estavam no Brasil, destes 16 afirmaram ter passado os últimos três meses em Foz do Iguaçu. Entre os demais entrevistados: 04 estavam no Paraguai, 03 na Costa Rica em mobilidade acadêmica, 02 na Bolívia, 02 na Colômbia, 01 no Equador e 01 no México e Peru (devido à mobilidade acadêmica). Estes alegaram ter se deslocado para seu país de origem para estar com seus familiares no período da pandemia.

Para conhecer a realidade de estudantes com relação ao estado atual de emprego/trabalho foi se questionado durante o primeiro bloco de perguntas, resultando que 20 estudantes (40%) se encontram trabalhando formal e informalmente, 1 estudante (2%) é aposentado pensionista e 29 estudantes (58%) se encontram desempregados procurando e não procurando emprego.

Tabela 3 - Situação de emprego entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021

Atualmente qual a sua situação com relação ao emprego/trabalho?	Nº Estudantes	%
Aposentado Pensionista	1	2
Autônomo (a) com trabalho formal	2	4
Autônomo (a) com trabalho informal	12	24
Desempregado (a) procurando emprego	8	16
Desempregado (a) sem procura de emprego	21	42
Empregado (a) com trabalho formal	4	8
Empregado (a) com trabalho formal e informal	1	2
Trabalho informal	1	2
Total Geral	50	100

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa.

A representação da Tabela 3 aponta que somente 40% dos estudantes apresentam uma aquisição de renda ou remuneração a partir do exercício de alguma atividade. Além disso, alguns dos estudantes entrevistados relataram que o auxílio da universidade contribuiu para uma renda fixa, assim conseguiram se manter na cidade em que o campus da universidade está instalado.

Quando questionados se “Nos últimos 3 meses, você ou algum morador da sua casa teve diagnóstico de Coronavírus (Covid-19)?”, 41 estudantes disseram que não (82%) e 09 estudantes disseram que sim (18%). A maioria relatou que está dentro dos seus domicílios tomando os cuidados sanitários para evitar a contaminação pela COVID-19 e realizando as atividades acadêmicas durante este período.

Quando questionados sobre condições de renda e como as condições de trabalho afetou a renda, 70% (35 estudantes) respondeu que cortou gastos em despesas essenciais e não essenciais e redução da renda domiciliar (dos moradores da casa), 15 estudantes (30%) afirmaram que algum membro do domicílio perdeu o trabalho/emprego. A Tabela 4, a seguir, demonstra a relação do efeito da pandemia nas condições de trabalho e renda:

Tabela 4 - Relação do efeito da pandemia nas condições de trabalho e finanças entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021

Em relação ao trabalho e à renda das pessoas, A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS OU COVID-19 levou a: (Pode ter mais de uma resposta)	Não	%	Sim	%	Total Geral
Perda de emprego/trabalho de algum membro da casa	35	70	15	30	50
Redução da renda domiciliar (dos moradores da casa)	19	38	31	62	50
Necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo	23	46	27	54	50
Endividamento de moradores	44	88	6	12	50
Corte de gastos em despesas essenciais	35	70	15	30	50
Corte de gastos em despesas não essenciais	15	30	35	70	50

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa.

Enquanto respondia o questionário um estudante comentou que “por não haver aula presencial, a dificuldade para obter renda é maior, pois no campus da universidade os estudantes conseguiam uma renda extra com a venda de alimentos que produziam”. Este aluno comentou que vendia bolo, além disso, outros estudantes entrevistados disseram que vendiam café e trufas. Devido a pandemia do COVID-19, as aulas estão sendo remotas, ou seja, não necessitamos ir ao campus universitário. Isso impossibilita esses e muitos outros estudantes de venderem seus alimentos e conseguirem uma renda extra. Além disso, a falta de renda, conforme Silva (2014), é uma das ameaças às capacidades de suprimento das necessidades básicas e alimentares que consequentemente conduz à insegurança alimentar.

Refletindo sobre isso, o questionário aplicado traz uma pergunta relevante no processo de contribuição e assistência de indivíduos/instituições para com os estudantes, a pergunta questiona se “Nos últimos três meses, você ou alguém da sua casa recebeu ajuda de alguma instituição/associação, igreja, amigos, parentes ou outros?”, os resultados apontam que 29 estudantes responderam Não (58%), enquanto 21 responderam que Sim (42%). Entre os que receberam, 11 estudantes comentaram

terem recebido ajuda em dinheiro; 07 receberam ajuda em alimentos; 01 recebeu ajuda com cuidados de deficientes, 01 outro tipo de ajuda e 01 não respondeu. Receber ajuda significa algo positivo para com os estudantes no processo de permanência na universidade e contribui na qualidade de vida do estudante.

Durante o Ensino Remoto Emergencial da UNILA e com o Comitê de Enfrentamento ao COVID-19, as ações da PRAE como o Bolsa Inclusão Digital – Acesso à Internet², e o Auxílio Promoção de Inclusão Social pela Educação³, respectivamente, foram acessados por 4% e 4% da população total de DRUSA.

3.3 SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A pesquisa aponta que dos 50 estudantes, 45 vivem no meio urbano (90%), enquanto 5 vivem no meio rural (10%). A maioria vive em casa (38 estudantes), seguido pelos que vivem em apartamentos (8 estudantes) e em casa de vila (4 estudantes).

Dos 5 estudantes que residem no meio rural, 1 declarou que em função da pandemia necessitou mudar para um sítio e também que no seu domicílio não tem acesso a água potável.

Uma das perguntas do questionário era se o estudante “Tem acesso à água potável na sua casa?”, 46 estudantes responderam que sim, 02 estudantes indicaram que “Sim, mas o fornecimento falha semanalmente”, e 02 estudantes mencionam que “não tem acesso a água potável”.

Em pleno século XXI a falta de acesso à água potável reflete uma questão de desigualdade social, bem estar social e saúde pública, pois saneamento básico é direito de acesso a todos, e fundamental para evitar a contaminação pelo novo coronavírus.

3.4 A SEGURANÇA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR

O objetivo deste trabalho foi identificar o grau de (IN) SAN dos estudantes do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da UNILA, no

² A PRAE torna público a listagem dos discentes deferidos e indeferidos referente ao Edital Nº08/2020/PRAE/PRPPG/UNILA.

³ A PRAE torna público a listagem dos discentes deferidos e indeferidos referente ao Edital Nº09/2020/PRAE/UNILA.

atual momento de pandemia da COVID-19.

Considerando o questionário da Rede PENSSAN utilizado, com oito perguntas, para a classificação dos diferentes níveis de segurança e insegurança alimentar, utilizando a escala curta da EBIA, cada resposta afirmativa do questionário representou 1 ponto, sendo a pontuação do domicílio estimada pelo total de respostas afirmativas. Desse modo, a pontuação variou de 0 a 8 pontos, sendo a segurança alimentar (S.A) = 0; a insegurança alimentar (I.A) Leve = 1-3 pontos; a insegurança alimentar (I.A) Moderada = 4-5; e a insegurança alimentar (I.A) Grave = 6-8 (REDE PENSSAN, 2021, p. 27).

Verificou-se que do total de entrevistados apenas 17 estudantes (35%) se encontram em Segurança Alimentar, 32 dos estudantes (65%) convivem com algum grau de Insegurança Alimentar, destes 7 discentes (14%) sofrem de redução ou falta de acesso aos alimentos em quantidade suficiente para atender às suas necessidades básicas caracterizada como Insegurança Alimentar Moderada e 7 discentes (14%), que se encontram em Insegurança Alimentar Grave tem que lidar com a fome.

Dos 7 estudantes que estão em ISAN Grave, 6 relataram terem redução de salário e 1 perda de emprego.

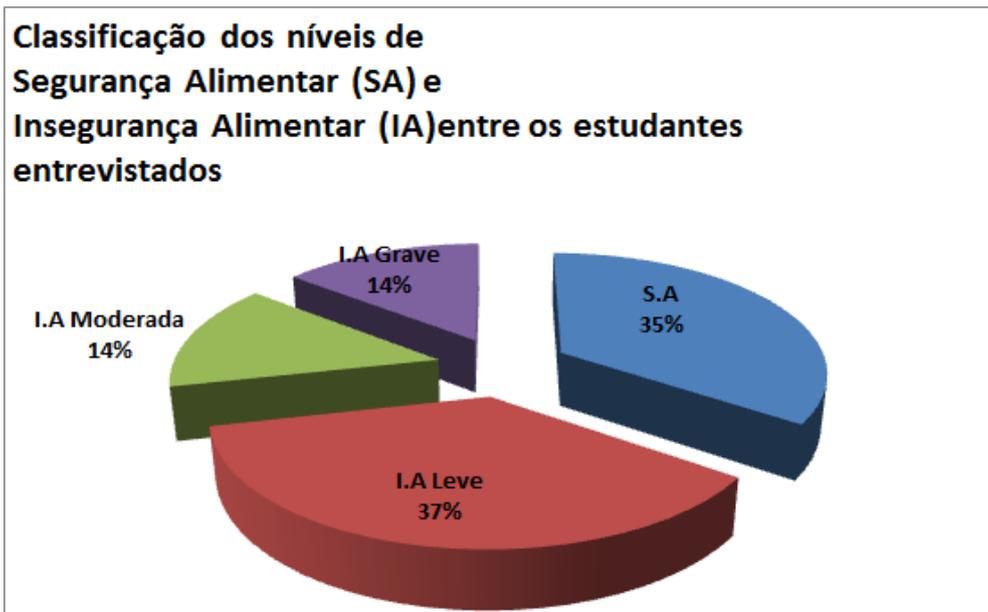
Tabela 5 - Classificação dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021

Classificação	Nº Estudantes	%
S.A	17	35
I.A Leve	18	37
I.A Moderada	7	14
I.A Grave	7	14

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa.

O Gráfico 2 a seguir demonstra em forma ilustrativa a demonstração dos dados apresentados em % conforme a Tabela 5:

Gráfico 2 - Ilustração em % da classificação dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) entre os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa.

O Grau de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional dos estudantes de DRUSA entrevistados mostrou uma realidade crítica e triste que os estudantes estão passando no atual momento pandêmico.

Em análise comparativa com os dados levantados pela Rede PENSSAN no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, para a qual a população brasileira apresenta SA: 44,8%; IA Leve: 34,7%; IA Moderada: 11,5%; IA Grave: 9,0% chamando atenção para a realidade dos estudantes entrevistados apresentando condições mais vulneráveis e a baixo da Pesquisa Brasileira, conforme a Tabela 6 a seguir:

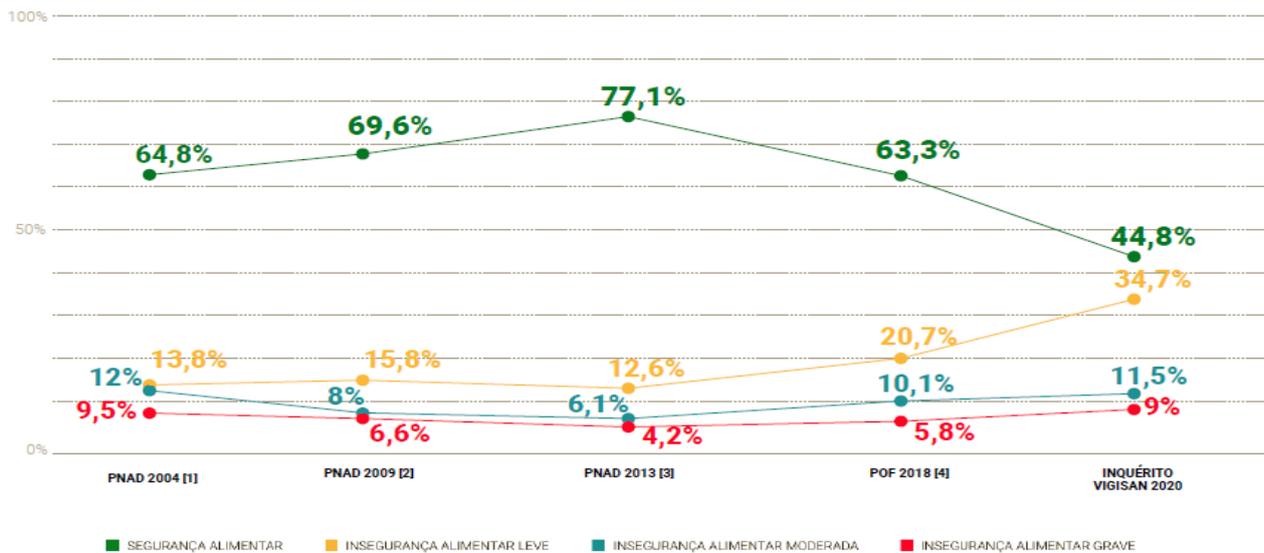
Tabela 6 - Comparação dos Graus de Segurança e Insegurança Alimentar da População Brasileira com os estudantes de DRUSA entrevistados, 2020-2021

Classificação	População Brasileira %	Estudantes de DRUSA %
S.A	44,8	35
I.A Leve	34,7	37
I.A Moderada	11,5	14
I.A Grave	9	14

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa baseada na REDE PENSAAN, 2021, p. 37.

A Rede PENSAAN elaborou um comparativo das estimativas do Inquérito com as Pesquisas Nacionais PNAD e POF, conforme a Figura a seguir:

Figura 12 - Comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN e os inquéritos nacionais reanalisados conforme escala de oito itens. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.



Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Fonte: REDE PENSAAN, 2021, p. 48.

O parâmetro geral com os dados das Pesquisas Brasileiras não condiz com a realidade local dos estudantes de DRUSA entrevistados. Por exemplo, no ano de 2004 a PNAD revela que 9,5% dos brasileiros sofrem de ISAN Grave sendo o índice mais alto em comparativo com as demais Pesquisas Brasileiras de outros anos, entretanto o Grau de ISAN Grave dos estudantes de DRUSA entrevistados apresenta 14% situação de ISAN, sendo extremamente crítica e de vulnerabilidade.

Durante as entrevistas tiveram alguns relatos dos estudantes em relação às dificuldades que estão passando de insegurança alimentar: houve “a alteração de preços dos alimentos [que] aumentaram muito, o óleo que se pagava R\$ 2,00 ou 3,00 reais foi para até R\$ 10 reais, fazendo com que a compra dos alimentos seja bem menor e fazendo que compremos [apenas] alimentos básicos como arroz e feijão”.

Uma das questões perguntava se: “Nos últimos três meses, você ou outra pessoa que mora na sua casa, teve que fazer alguma coisa que causou vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos?”, 46 estudantes responderam que não,

enquanto 03 disseram que sim, e 01 não respondeu.

Para saber sobre como estavam sendo realizadas as aquisições de alimentos, perguntou-se “Nos últimos 3 meses, na maioria das vezes de que forma você e as pessoas da sua casa estão adquirindo os alimentos?” 94 % (47 estudantes) responderam por meio de compra física (indo ao mercado, mercearia, etc.); 02% (1 estudante) doações-governo; 02% (1 estudante) por meio de doação de familiares, amigos e/ou vizinhos; 02% (1 estudante) telefone-aplicativos.

O Auxílio Emergencial foi papel fundamental para grande maioria dos estudantes entrevistados na contribuição de renda e para assegurar, de forma mínima, a alimentação básica. Quando questionados se receberam o Auxílio Emergencial, durante os meses de dezembro de 2020 à maio 2021, 35 estudantes disseram que acessaram (70%), enquanto 15 disseram que não acessaram (30%). Destaca-se que a quantidade de vezes em que o estudante recebeu o Auxílio Emergencial varia conforme a Tabela a seguir:

Tabela 7 - Distribuição conforme o número de vezes em que o estudante entrevistado recebeu o Auxílio Emergencial, 2020-2021

Quantas vezes você ou outra pessoa que mora na sua casa recebeu o auxílio?	Nº de estudantes
0	13
1	6
2	6
3	3
4	4
5	4
6	4
8	2
9	5
Não conseguiu	1
NS/NR	2
Total Geral	50

Fonte: elaboração própria com os dados da pesquisa.

Durante a entrevista um dos entrevistados citou o Auxílio Emergencial como a renda principal do domicílio possibilitando a compra de alimentos para suprir suas necessidades.

4. CONCLUSÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional é conceituada pelo direito e pelo acesso à todos aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades básicas e nutricionais, e tem sido pautada na agenda política brasileira nos últimos anos. Este o Trabalho de Conclusão de Curso objetivou verificar a realidade dos discentes do curso de DRUSA, no atual momento pandêmico COVID-19, aplicando o questionário desenvolvido pela Rede PENSSAN, sendo um instrumento de mensuração da segurança e insegurança alimentar, para captar aspectos da realidade social e os seus processos de mudança.

A pesquisa do TCC também contribuiu para testar o Aplicativo criado pela Rede PENSSAN. Testou-se o aplicativo em duas formas de entrevistas, parte realizada pelo aplicativo aberto no computador e parte pelo aplicativo aberto no celular. Na ocasião, foi verificado alguns erros de operacionalização do Aplicativo no teste via celular, especificamente Apple, na inclusão da data de nascimento dos entrevistados, não sendo possível concluir o questionário. Verificou-se uma média de tempo em que se leva para entrevistar 1 indivíduo, cerca de 25 minutos.

Contudo, o objetivo principal inicial da pesquisa, de identificar o Grau de (IN) SAN dentro de uma população total de 139 estudantes do curso de DRUSA não foi alcançado, sobretudo devido aos fatores de tempo, falta de retorno e não colaboração dos estudantes que se recusaram a participar. Ao final foi possível realizar somente 50 entrevistas, que apresentou um resultado surpreendente, apontando para a realidade em que a grande maioria dos entrevistados, 65% dos estudantes, vem sofrendo com algum Grau de Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave).

O número de questionários aplicados não foi estatisticamente representativo para o universo dos estudantes de DRUSA. Porém, os resultados demonstrados representam a realidade que se encontram os estudantes entrevistados, que representam 35,97% dos estudantes do Curso. É importante ressaltar que os discentes que deram retorno sobre a entrevista realizavam durante o dia que podiam, alguns estudantes sempre pediam para postergar e assim a pesquisa foi encerrada no mês de maio de 2021. O curto tempo de análise dos dados até o momento da defesa do TCC não permitiu que alguns cruzamentos com os dados fossem realizados, mas se reconhece a existência de um potencial de informações que foram coletadas e que ainda podem ser exploradas.

Outro ponto importante é que o Grau de Insegurança Alimentar Grave dos discentes entrevistados, aponta 14% (7 estudantes), em análise comparativa com os dados levantados pela Rede PENSSAN no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, o Brasil apresenta 7% de Insegurança Alimentar Grave em 2021, isso demonstra que a realidade da amostra do curso de DRUSA esta abaixo da média nacional, apontando com preocupação, a situação crítica de vulnerabilidade que estão vivendo os estudantes do Curso de DRUSA.

Entende-se, ainda, que é necessário um aprofundamento para investigação do restante populacional do curso de DRUSA, para analisar a realidade dos outros estudantes com a inclusão dos discentes ingressantes após o ano de 2020 também. Deixa-se como sugestão para a coordenação e colegiado do curso investigar esta questão.

Além disso, outro ponto importante que poderá servir para futuras pesquisas, é se a própria PRAE pode usar o questionário e a EBIA para verificar a realidade do universo da UNILA, debatendo juntamente com o curso de DRUSA ações, políticas e contribuições que podem ser ofertadas pela UNILA, pensando na SAN dos discentes da universidade.

O diagnóstico serve exatamente para verificar como os indivíduos vêm enfrentando a realidade, principalmente durante a pandemia COVID-19, e serve para contribuir em ações futuras de combate a insegurança alimentar. O profissional de DRUSA é importante pela sua forma de atuação que analisa exatamente a complexidade do mercado e do Estado, proporcionando estratégias de mobilização, integração dos processos e dos atores da comunidade, do poder público local e as redes. Além disso, o profissional de DRUSA tem mobilidade de atuação para a articulação, facilitação e desenvolvimento de Projetos e Ações locais na Universidade.

Analisando a SAN no ponto de vista de um desenvolvedor rural, os instrumentos e diagnósticos são ferramentas base para promoção do desenvolvimento de um país através das políticas públicas. Ressalta-se que os atores sociais, não apenas os atores do Estado, mas também os indivíduos, as comunidades, as organizações públicas e privadas, os movimentos sociais e até mesmo as universidades, que em conjunto podem promover a alimentação saudável em formas de ações e programas. Isto significa estimular as cadeias curtas e o processamento de forma sustentável, programas e ações que cheguem às populações mais vulneráveis, fortalecer os mercados locais com a criação de novos pontos de vendas como feiras, divulgação dos benefícios da

alimentação saudável, que contribuem para uma transformação social, para o desenvolvimento e o crescimento de uma sociedade (MALUF, 2013).

Por fim, embora a amostra não tenha sido representativa, entende-se que os resultados apontados são válidos e colocam luz sobre uma problemática que pode ser novamente avaliada, e que nos novos estudos, pode-se tentar atingir o universo completo dos estudantes do curso ou mesmo uma amostra representativa com um grau de confiança de 90%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Júnia Karla, et. al. Hábito e consumo alimentar de estudantes do curso de nutrição das faculdades de montes claros - minas gerais. Revista Multitexto, 2015, v. 3, n. 01, pág. 82 a 88.

AIMABLE, Idege. **(In) Segurança Alimentar no Haiti: um estudo de caso sobre Liancourt, Artibonite, Haiti**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4959/TCC.Idege.Vers%c3%a3o%20Final.revisado%20final.2019.1.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 04/05/2021.

AMARILLA, Sonia E. V. IN)SEGURIDAD ALIMENTARIA: DIAGNOSTICO DE LA SITUACION DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN EL TERRITORIO SOCIAL, 1 DE NOVIEMBRE, CZU-PY. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/2078/SONIA%20TESIS.vers%c3%a3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04/05/2021.

AMN, Agência Municipal de notícias. Confirmado o primeiro caso de coronavírus em Foz. Disponível em: <<https://www.amn.foz.br/posts/?dt=confirmado-o-primeiro-caso-de-coronavirus-em-foz-cFFWN1NkT3FwMkp3WTRiaDQraGVKQT09>>. Acesso em 26/10/2020.

AMN, Agência Municipal de notícias. Novo boletim, vigilância epidemiológica. Disponível em: <<https://www.amn.foz.br/posts/?dt=novo-boletim-eFBVSINxejrcTVrVmo2a3R2TEp5Zz09>>. Acesso em 26/10/2020.

AMN, Agência Municipal de notícias. Novo boletim, vigilância epidemiológica. Disponível em: <<https://www.amn.foz.br/posts/?dt=novo-boletim-eFBVSINxejrcTVrVmo2a3R2TEp5Zz09>>. Acesso em 05/03/2021.

ARCAIN, Beatriz Mitidiero Stachissini et al. Estudo sociocultural alimentício dos alunos da UNILA. 2015. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1144/IV%20Anais%20EIC%202015_15-40.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05/05/2021.

BARROS, Ricardo Paes de. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6909200000100009>. Acesso: 26/09/2020.

BEDUSCHI, Luiz Carlo; FARET, Pablo; LOBO, Luis. Un marco conceptual para el análisis de experiencias de promoción de políticas públicas de seguridad alimentaria y nutricional en américa latina y el caribe. IN: FAO. **Cooperación Internacional y Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria y Nutricional**, 2014. pg.36-55. Disponível em: <http://www.aecid.es/Centro-Documentacion/Documentos/Publicaciones%20coeditadas%20por%20AECID/Cooperaci%C3%B3n%20Internacional%20y%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20de%20Seguridad%20Alimentaria%20y%20Nutricional.pdf>. Acesso em: 18/06/2021.

BRASIL. Lei Nº 12.189, de 12 de Janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm>. Acesso em: 10/10/2020.

BRASIL. Lei Nº6, de 26 de Setembro de 1962. Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Ldl/Ldl06.htm>. Acesso em: 30/06/2021.

BUNGE, Miguel et. al. O jovem adulta que reside com os pais: um estudo exploratório, Instituto Metodista de Ensino Superior, Psicologia da Saúde, 20 (1-2), Jan-Dez 2012, 51-62p.

BURLANDY, Luciene Burlandy; MAGALHÃES, Rosana; FROZI, Daniela. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. pg.89-107

CABANHA, Samuel. Diagnóstico socioterritorial da política de assistência social: informações sociais dos territórios/ Samuel Cabanha; Zoraide de Lima Soares Rodrigues (org.). IN: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019. Disponível em <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=&codmun=410830&search=para/foz-do-iguaculinfograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acesso: 10/04/2020.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Conab reforça importância de sistemas de informações para garantir abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2935-conab-reforca-importancia-no-uso-de-sistemas-de-informacoes-para-garantir-abastecimento>>. Acesso em:02/07/2021.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Julho de 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/txtos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 07/09/2020.

CONTI, I. L. Segurança alimentar e nutricional: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/documentos/arquivos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>>. Acesso em:09/09/2020.

DE LA ELCSA, Comité Científico. Escala Latinoamericana y Caribeña de Seguridad Alimentaria (ELCSA): Manual de uso y aplicaciones. **Roma: FAO**, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3065s/i3065s.pdf>>. Acesso em: 04/05/2021.

FAO, *Seguridad alimentaria. Informe de políticas*, junio de 2006, n. 2. Disponível em: <<http://www.congreso.gob.pe/Docs/comisiones2016/Agraria/files/expedientep137/seguridadalimentiapoliticas.pdf>> Acesso em: 18/09/2020.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2019. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma, FAO. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ca5162es.pdf>>. Acesso em: 09/09/2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. 1996.

FEHLBERG, L C C, Lutz LV & Moreira AH. Agrotóxicos e seus efeitos sócio-culturais: Zona Rural do Vale do São Lourenço, Santa Teresa, ES, Brasil. Publicado pela ESFA. Natureza on line, 2003.

GERMANI, Gino (1942) "Clases sociales. Introducción", en GERMANI (2010) *La sociedad en cuestión*, Buenos Aires, CLACSO.

GENRO, Maria Elly Herz. MAFFEI, Henrique Safady. CAVALCANTE, Márcia Helena K. Universidade emergente: integração latino-americana e a contribuição da UNILA. SURES. Foz do Iguaçu, PR. N.11 (2018), [11] p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/195667>>. Acesso em: 10/10/2020.

GOVERNO BRASILEIRO. Declaração do Imposto de Renda 2021 e devolução do Auxílio Emergencial. Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020>>. Acesso em: 02/06/2021.

IBGE. Censo IBGE Foz do Iguaçu: panorama geral. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso em: 30/06/2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 25/09/2020.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - O que é**, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 28/04/2021.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>>. Acesso em: 29/04/2021.

IBGE apud Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA. IN: Pesquisa de Orçamento Familiares, Análise de Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Foz do Iguaçu**, disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85850>>. Acesso em: 08/04/2020.

KEPPLE, Anne Walleser. CORREA, Ana Maria S. Conceituando e medindo a segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Volume: 16, Número: 1, Publicado: 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n1/187-199/pt>>. Acesso em: 24/09/2020.

LEÃO, M.O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDHA,2013.Disponível em: <<http://www.oda-alc.org/documentos/1374763097.pdf>>. Acesso em: 05/05/2021.

LOPES, Marta. Por falar em alimentação: Universidade, um ponto de viragem na alimentação?. *Revista Frontal*, disponível em: <<http://revistafrontal.com/saude-bem-estar/universidade-um-ponto-de-viragem-na-alimentacao/>>. Acesso em: 13/09/2020.

MALUF, Renato S. *Segurança Alimentar e nutricional*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES. Caderno “Segurança Alimentar”. 2001. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf>. Acesso em: 06/05/2021.

MARTINS, M. J. R. L. Hábitos alimentares de estudantes universitários. Porto: Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto; 2009.

MEDEIROS, Amira Rose Costa et al. **Insegurança alimentar moderada e grave em famílias integradas por pessoas vivendo com HIV/Aids: validação da escala e fatores associados**. *Ciênc. saúde coletiva* vol.22 no.10 Rio de Janeiro Oct. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017021003353&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/09/2020.

ME, Ministério da Economia. Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), publicado em 15/07/2020, atualizado em 22/03/2021. GOV. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/programa-de-alimentacao-do-trabalhador-pat>>. Acesso em: 28/06/2021.

MONTEIRO, Marcia R. P. Andrade, Mariana Lage de O. et al. Hábito e consumo alimentar de estudantes do sexo feminino dos cursos de Nutrição e de Enfermagem de uma universidade pública brasileira. *Rev. APS*, v. 12, n. 3, p. 271-277, jul./set. 2009.

MS, Ministério da Saúde. Brasil confirma primeiro caso da doença, disponível: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em 26/10/2020.

MS, Ministério da Saúde. Sobre a doença, disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 26/10/2020.

NASCIMENTO, Renato C. O papel do Consea na construção da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

NUNES, Ana Paula. et al.,. RELATÓRIO FINAL: Acesso e Permanência no Ensino Superior: um retrato da ação afirmativa na UNILA. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prae/arquivos/acesso-e-permanencia-no-ensino-superior_-um-retrato-da-acao-afirmativa-na-unila.pdf>. Acesso em: 08/06/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948, Brasília. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 02/09/2020.

PDDIS, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável. **Análise Temática Integrada**, disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102425&qt>> Acesso em: 08 de abril de 2020.

PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), relativo ao quinquênio 2013-2017. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/pdi-2013-2017>>. Acesso em: 07/06/2021.

PEREZ, Patrícia Maria P. et al. **Práticas alimentares de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública brasileira**. Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. R. São Francisco Xavier 524/12º Bloco E/sala 12.007, Versão final apresentada em 18/06/2015.

PINTO, J. N. Manual Segurança Alimentar e Nutricional, Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.ue-paane.org/files/2214/6055/5309/7_Manual_SAN.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

PIOVESANA, Henry Monteiro. O PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR ATUANDO COMO FACILITADOR EM UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4305/TCC%20-%20Piovesana%2c%20Henry.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21/10/2020.

PORFÍRIO, Francisco. "Classe social"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classe-social.htm>>. Acesso em: 20/09/2020.

PMFI, Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu. **Características Físicas**, disponível em <<http://www.pmf.pr.gov.br/turismo/%3Bjsessionid%3D6b28d887d4afdef77284be9aee1f?idMenu=1693>>. Acesso em: 08/04/2020.

PMFI, Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu. **A Cidade**, disponível em <<http://www.pmf.pr.gov.br/turismo/?idMenu=722>>. Acesso em: 08/04/2020.

PRAE, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Coronavírus: informe sobre Assistência Estudantil**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 17 març de 2020. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/coronavirus-informe-sobre-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 09/06/2021.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Alimentação e Globalização: algumas reflexões. Scielo: **Cienc. Cult. vol.62 no.4 São Paulo Oct. 2010**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400014>. Acesso em: 19/10/2020.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. In: direito de publicação reservado a editora Hucitec. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/milton-santos-13-livros-em-pdf-para-download/>>. Acesso em: 18/06/2021.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos, et al. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Rev. salud pública. 18 (2): 311-322, 2016.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos, et al. Estudo Técnico n. 01/2014. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. 2014.

SCHIMITT, Claudia. FERNANDES, Gabriel. et al. AGRO-SOCIO-BIODIVERSIDADE: Direitos, Democracia, e Agroecologia no campo e na cidade. Junho, 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/07/ANA_TDD_BOLETIM_BIO_WEB.pdf. Acesso em: 18/06/2021.

SEGALL, Ana Maria. IN: Emergência da fome em tempos de crise: o que mostram os dados EBIA 2017-2018. Produção pela Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN Rede PENSSAN. Transmitido ao vivo em 17 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dcwad3M5lJY&t=683s>>. Acesso em: 17/09/2020.

SEGALL, Ana Maria. LEON, Letícia Marin. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, Amanda Valente da. SILVA, Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia, Salvador: UFBA / Escola de Nutrição, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9542/1/Dissertacao%20%20AMANDA%20VALENTE%202009%20SEG.pdf>. Acesso: 22/09/2020.

SILVA, Anjélica Jackeline da. PERCEPÇÕES DE CONSUMIDORES ORIUNDOS DA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA SOBRE O AÇA, UNILA, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5918/Percep%c3%a7%c3%b5e%20de%20Consumidores%20Oriundos%20da%20Regi%c3%a3o%20Amaz%c3%b4nica%20Brasileira%20sobre%20o%20A%c3%a7a%c3%ad?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13/09/2020.

SILVA, Daniel et al. Pesquisa de Orçamento Familiar IBGE. Laboratório de economia da UFJF, 12 de Abril de 2010. Disponível em: <[https://www.ufjf.br/econs/files/2010/05/POF-Apresenta%
c3%a7%c3%a3o-da-Pesquisa-de-Or%c3%a7amentos-Familiares-12-de-Abril-de-2010.pdf](https://www.ufjf.br/econs/files/2010/05/POF-Apresenta%c3%a7%c3%a3o-da-Pesquisa-de-Or%c3%a7amentos-Familiares-12-de-Abril-de-2010.pdf)>. Acesso em: 28/04/2021.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf?fbclid=IwAR2Pkj1N4QJEj7UaSsKPK12SUZf9X_eBsBHqMNBjg10nzV9ZEBJLGMb9ME>. Acesso em: 03/09/2020.

SILVA, José Jaime da, et al. **Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015**. Brazil. J. Polit. Econ. vol.40 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2020 Epub Feb 21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000100138>. Acesso em: 10/09/2020.

SIMON, Elias José. **Repensando a produção e distribuição de alimentos no Brasil**. Departamento de Economia Rural - Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP - 18.600 - Bolucatu -SP, Perspectivas, São Paulo, 9/10: 21-35, 1986/87. Acesso em: 07/09/2020.

SIMÕES, Fabiana. **Não importa o que pensam, dizem ou esperam de você. Você tem o seu valor**. IN: A soma de todos os afetos. Nov 2018. Disponível em: <<https://www.asomadetodosafetos.com/2018/11/eu-posso-ser-eu-mesmo-se-sou-aceito-eu-tenho-que-ser-como-o-outro-para-me-encaixar.html>> Acesso em: 24/09/2020.

SPERANDIO, Naiara. MORAIS, Dayane de C. PRIORE, Sílvia E. **Escalas de percepção da insegurança alimentar validadas: a experiência dos países da América Latina e Caribe**. Ciênc. saúde coletiva vol.23 no.2 Rio de Janeiro Feb. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000200449>. Acesso em: 24/09/2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>.

RICOBOM, Gisele. UNILA: A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO PARA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA. Revista ID Ideação, Revista do Centro de Educação e Letras, v.. 12 - nº1 - p. 67-78. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5022/3778>>. Acesso em: 10/10/2020.

RIVELLO, Paulo Vinicius de Avellar. et al.,RETRATO PANORÂMICO DO CORPO DISCENTE DA UNILAESTUDO PRAE Nº 1/2014.UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, PRAE, 2014.

RODRIGUES, R. et al. “Drivers” de mudanças no sistema agroalimentar brasileiro. Parc. Estrat. Brasília-DF, vol. 17, n. 34, p. 7-44, 2012. Disponível em:

<http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/670/614>.

Acesso em: 10/10/2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Sobre a UNILA. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional>>. Acesso em: 10/10/2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. SOBRE O CURSO. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/graduacao/desenvolvimento-rural-seguranca-alimentar/sobre>>. Acesso: 21/10/2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR – GRAU BACHARELADO. FOZ DO IGUAÇU, 2020. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/graduacao/desenvolvimento-rural-seguranca-alimentar/PPCDesenvolvimentoRuralapartirde2021.pdf>>. Acesso em: 21/10/2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Aulas e atividades acadêmicas na UNILA estão suspensas por tempo indeterminado, em 2020. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/noticias/aulas-e-atividades-na-unila-estao-suspensas-por-tempo-indeterminado>>. Acesso: 17/05/2021.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Gabinete do Reitor. PORTARIA Nº 133/2020/GR, 01 de abril de 2020. Dispõe sobre a criação do Programa de Auxílio Emergencial para estudantes ingressantes. Boletim de Serviço nº 26 da UNILA. Foz do Iguaçu, 01 de Abril de 2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Gabinete do Reitor. EDITAL Nº 08/2020/PRAE/PRPPG/UNILA: BOLSA DE INCLUSÃO DIGITAL –ACESSO À INTERNET, 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a bolsa para inclusão digital. Foz do Iguaçu, 20 de agosto de 2020.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana,, Gabinete do Reitor. EDITAL Nº 09/2020/PRAE/UNILA: AUXÍLIO PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO, 17 de setembro de 2020. Foz do Iguaçu, 17 de setembro de 2020.

WICINOVSKI, João Pedro. FEIRA POPULAR DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA VILA C EM FOZ DO IGUAÇU, PR: DO PROJETO À PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2015, disponível em:<
<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/388/Feira%20popular%20da%20produ%c3%a7%c3%a3o%20familiar%20na%20Vila%20C%20em%20Foz%20do%20Igua%c3%a7u%2c%20PR%3a%20do%20projeto%20%c3%a0%20perspectiva%20de%20desenvolvimento%20local.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: 10/10/2020.